





Fecomércio - 21/07/2020

Índice

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN, FECOMÉRCIO-RN - MESA BRASIL /

Fecomércio Mesa Brasil do Sesc e Carrefour fazem entrega de R\$ 26 mil em cartões alimentação para famílias carentes de Natal 8

Notícias - 20/07/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

'O esforço foi por todos, a responsabilidade é de todos', diz Fecomércio-RN em nota sobre flagrantes de desrespeito ao isolamento social nesse domingo 10

Notícias - 20/07/2020

Blog do FM | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Fecomércio-RN repudia desrespeito popular com normas de prevenção ao contágio do coronavírus 12

Noticias - 20/07/2020

Portal Mercado Aberto | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN /

Sesc RN lança edital do projeto Poti-cultural 2020 para selecionar 50 propostas 14

Notícia - 20/07/2020

Tribuna do Norte - Blogs | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Fecomércio manifesta preocupação e indignação com as cenas de aglomerações em Natal 16

Notícias - 20/07/2020

Folha de Macaíba – Um portal a serviço de Macaíba e Grande Natal | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Governo convoca prefeituras de cidades litorâneas para impedir aglomerações 18

Noticias - 20/07/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Fátima convoca prefeituras de cidades litorâneas para impedir aglomerações 19

notícias - 20/07/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Após 121 dias fechados, shoppings e galerias sem ar condicionado podem reabrir em Natal 20
Noticias - 21/07/2020

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /
Prefeitura do Natal monta operação para combater aglomerações 22
Noticias - 21/07/2020

Salomão Medeiros | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /
Governo convoca prefeituras de cidades litorâneas para impedir aglomerações 27
Noticias - 20/07/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /
Governo do Estado convoca prefeituras de cidades litorâneas para impedir aglomerações 29
Notícias - 20/07/2020

Blog do Robson Pires | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /
Fátima Bezerra convoca 22 prefeitos do RN 30
Noticias - 20/07/2020

Potiguar Notícias | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-
RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN /
Fecomércio RN oferece capacitação gratuita para preparar escolas em tecnologias 31
Notícias - 20/07/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S /
Sesi oferece curso para gestores sobre retomada de atividades 33
notícias - 20/07/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S /
Câmara aprova MP que dá prazo para devolução de auxílio emergencial 34
Noticias - 20/07/2020

Blog Pauta Aberta | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN /
Senar: Instituição abre inscrições para a quarta edição do CNA Jovem 36

Notícias - 20/07/2020

Blog da Juliska | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S, FECOMÉRCIO-RN - COMÉRCIO /

Sesi oferece curso para gestores sobre retomada de atividades

Notícias - 20/07/2020

37

Blog Jair Sampaio | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

BNDES lança plano de estímulo à aposentadoria; Banco poderá economizar R\$ 190 milhões por ano conforme as adesões

Notícias - 20/07/2020

38

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Analistas do mercado ajustam projeção do PIB de 2020 para queda de 5,95%

notícias - 20/07/2020

40

Portal N10 | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Como agendar serviços no Meu INSS

Notícias - 20/07/2020

42

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Oferta conjunta de Vivo, Claro e TIM pela Oi terá caminho difícil para aval no Cade

notícias - 20/07/2020

44

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Estão querendo criar um `bode expiatório´ pra governadora

notícias - 20/07/2020

46

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo quer criar duas gratificações para militares e elevar remuneração a até R\$ 7 mil

notícias - 20/07/2020

49

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Projeto Eólico para o Mercado Livre obtém financiamento para instalação no RN

notícias - 20/07/2020

52

Portal Mercado Aberto | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Academias poderão buscar financiamento na AGN para se adequar contra o Covid-19 53
Notícia - 20/07/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Indústria apoia criação de tributo sobre pagamentos eletrônicos, diz presidente da CNI 55
Notícias - 20/07/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Com R\$ 6 bilhões do Fundeb, Governo Federal quer criar um voucher (vale) de R\$ 250 por mês para que crianças tenham acesso a creches no setor privado 57
Notícias - 20/07/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Bolsa fecha acima dos 104 mil pontos pela primeira vez desde março 59
Notícias - 20/07/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Bolsa fecha acima dos 104 mil pontos pela primeira vez desde março 61
notícias - 20/07/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Estrutura tributária 63
Notícias - 21/07/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

INSS é autorizado a ampliar carência para consignados e limite de cartão de crédito 66
Notícias - 21/07/2020

Pádua Campos | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Indústria apoia criação de tributo sobre pagamentos eletrônicos, diz presidente da CNI 67
Notícias - 20/07/2020

Potiguar Notícias | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Financiamento da educação básica e o FUNDEB permanente 69
Notícias - 20/07/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Para Ipea, mudança vai ajudar a impulsionar PIB

Noticias - 21/07/2020

76

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Diário da Quarentena - LXXXVI

Noticias - 21/07/2020

77

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Guedes deve entregar reforma tributária

Noticias - 21/07/2020

80

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Liberdade como base

Noticias - 21/07/2020

82

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Fecomércio: Mercado financeiro prevê recuo da economia em 5,95% este ano

Notícias - 20/07/2020

84

Fecomércio Mesa Brasil do Sesc e Carrefour fazem entrega de R\$ 26 mil em cartões alimentação para famílias carentes de Natal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Versátil News

Entidades selecionadas receberão os plásticos, com valor de R\$ 100 em compras cada, e serão

responsáveis por distribuí-los entre pessoas em situação de vulnerabilidade

O Programa **Mesa Brasil** do Sesc encerra, nesta sexta-feira (17), em Natal, a entrega dos cartões alimentação distribuídos a entidades carentes cadastradas, em parceria com o Grupo Carrefour. Com apoio do Sistema Fecomércio, por meio do **Sesc RN**, foram entregues o equivalente a R\$ 26 mil, apenas esta semana. O Rio Grande do Norte foi um dos doze estados selecionados no Brasil pela rede de supermercados.

Os cartões possuem equívalem a um crédito de R\$ 100 e podem ser utilizados em estabelecimentos comerciais para compra de alimentos. A distribuição será feita pelo **Mesa Brasil** às entidades cadastradas, que ficarão responsáveis pela entrega às famílias beneficiadas. Em Natal, serão 263 cartões destinados a Associação Beneficente Raimunda Rodrigues (ABRAIRO), Associação Nossa Senhora das Dores, Igreja Tabernáculo Evangélico de Jesus (Casa de Benção), Associação Shalom e Centro Espírita Irmãos do Caminho.

A gestora da ABRAIRO, Francisca Sales, destacou a possibilidade das famílias poderem ir no mercado e escolher os produtos. 'Muitas dessas pessoas nunca tiveram a oportunidade de ter um cartão para fazer compras. É algo que vai ajudar na alimentação e na autoestima de muitas famílias, neste momento tão delicado que chega a faltar as coisas em casa', comentou.

A entrega dos cartões é mais uma ação do Programa **Mesa Brasil** no RN, que desde o início da pandemia manteve o trabalho de assistência, beneficiando mais de 155 mil pessoas, com a doação de refeições prontas, cestas básicas e produtos de limpeza. De março até o dia 30 de junho, o **Mesa Brasil** conseguiu arrecadar 563 toneladas em doações. Para saber como funciona o programa e como se tornar um doador, acesse o www.sescrn.com.br.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN, FECOMÉRCIO-RN - MESA BRASIL

'O esforço foi por todos, a responsabilidade é de todos', diz Fecomércio-RN em nota sobre flagrantes de desrespeito ao isolamento social nesse domingo

A Fecomércio RN vem a público externar sua profunda preocupação e indignação com as cenas de flagrante desrespeito ao isolamento social que a pandemia da covid-19 ainda nos impõe, verificadas nas orladas das praias urbanas de Natal e em vários pontos do estado nesse domingo(19). A aglomeração irresponsável de pessoas, a falta de uso de máscaras e inúmeras outras atitudes não condizem com a responsabilidade que temos defendido como premissa para mantermos firme a retomada gradual da economia em nosso estado e em nossa cidade. E tendem a feri-la de morte.

Vale ressaltar que o esforço - imenso - para que pudéssemos ter números que embasassem o início desta retomada, AO QUAL SE ALIA O ZELO DA IMENSA MAIORIA DOS EMPREENDEDORES DO COMÉRCIO E DOS SERVIÇOS POTIGUARES NO PREPARO E NA MANUTENÇÃO DOS SEUS ESTABELECIMENTOS COMO AMBIENTES SEGUROS PARA COLABORADORES E CONSUMIDORES, É UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA E QUE TEM COMO PREMISSA PRESERVAR VIDAS DE PESSOAS E DE EMPRESAS, FREANDO UMA CRISE SEM PRECEDENTES E DANDO INÍCIO A UM AMBIENTE QUE POSSA GARANTIR A MANUTENÇÃO DE EMPREGO E RENDA PARA NOSSO POVO.



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Desde o início, defendemos que este equilíbrio é UM INTERESSE DE TODOS OS POTIGUARES: AUTORIDADES (DAS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO),

EMPREENDEDORES, COLABORADORES E
POPULAÇÃO.

Portanto, é dever de todos, agir com a postura necessária para que ele possa ser garantido. Sob pena de sermos obrigados, mais uma vez, por um eventual novo avanço da doença, A DAR PASSOS ATRÁS QUE TENDEM A SER FATAIS PARA OUTRAS TANTAS VIDAS HUMANAS, ALÉM DAS QUE JÁ PERDEMOS, ASSIM COMO PARA TODA A NOSSA ECONOMIA.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS,
SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DO RN

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - FECOMÉRCIO RN**

Fecomércio-RN repudia desrespeito popular com normas de prevenção ao contágio do coronavírus



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomercio) divulgou nota expondo sua preocupação com as aglomerações e desrespeito as regras estabelecidas nos decretos contra o coronavírus.

O ESFORÇO FOI POR TODOS, A RESPONSABILIDADE É DE TODOS!

A Fecomércio RN vem a público externar SUA PROFUNDA PREOCUPAÇÃO E INDIGNAÇÃO com as CENAS DE FLAGRANTE DESRESPEITO AO ISOLAMENTO SOCIAL QUE A PANDEMIA DA COVID-19 AINDA NOS IMPÕE, VERIFICADAS NAS ORLAS DAS PRAIAS URBANAS DE NATAL E EM VÁRIOS

PONTOS DO ESTADO NESTE DOMINGO, 19. A aglomeração irresponsável de pessoas, a falta de uso de máscaras e inúmeras outras atitudes NÃO CONDIZEM COM A RESPONSABILIDADE QUE TEMOS DEFENDIDO COMO PREMISSA PARA MANTERMOS FIRME A RETOMADA GRADUAL DA ECONOMIA EM NOSSO ESTADO E EM NOSSA CIDADE. E TENDEM A FERI-LA DE MORTE.

Vale ressaltar que o esforço - imenso - para que pudéssemos ter números que embasassem o início desta retomada, AO QUAL SE ALIA O ZELO DA IMENSA MAIORIA DOS EMPREENDEDORES DO COMÉRCIO E DOS SERVIÇOS POTIGUARES NO PREPARO E NA MANUTENÇÃO DOS SEUS ESTABELECIMENTOS COMO AMBIENTES SEGUROS PARA COLABORADORES E CONSUMIDORES, É UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA E QUE TEM COMO PREMISSA PRESERVAR VIDAS DE PESSOAS E DE EMPRESAS, FREANDO UMA CRISE SEM PRECEDENTES E DANDO INÍCIO A UM AMBIENTE QUE POSSA GARANTIR A MANUTENÇÃO DE EMPREGO E RENDA PARA NOSSO POVO.

Desde o início, defendemos que este equilíbrio é UM INTERESSE DE TODOS OS POTIGUARES: AUTORIDADES (DAS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO), EMPREENDEDORES, COLABORADORES E POPULAÇÃO.

Portanto, é dever DE TODOS, agir com a postura necessária para que ele possa ser

garantido. Sob pena de sermos obrigados,
mais uma vez, por um eventual novo avanço da
doença, A DAR PASSOS ATRÁS QUE
TENDEM A SER FATAIS PARA OUTRAS
TANTAS VIDAS HUMANAS, ALÉM DAS QUE
JÁ PERDEMOS, ASSIM COMO PARA TODA A
NOSSA ECONOMIA.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS,
SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DO RN

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - FECOMÉRCIO RN**

Sesc RN lança edital do projeto Poti-cultural 2020 para selecionar 50 propostas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Serviço Social do Comércio RN (**Sesc RN**), entidade do Sistema Fecomércio, abrirá edital para seleção de propostas digitais artístico-culturais, a partir da segunda-feira (20), para compor a programação do Projeto Poti-Cultural 2020. Ao todo, serão selecionadas até 50 propostas com execução prevista até o final deste ano.

O período de inscrição vai de 20 de julho a 4 de agosto, enquanto que a análise dos concorrentes deve ocorrer na semana seguinte, com divulgação dos aprovados na seleção no dia 13 de agosto. A execução das propostas está prevista entre os dias 1º de setembro e 11 de dezembro de 2020. Este cronograma pode

ser alterado, se necessário, pelo **Sesc RN**.

A novidade deste projeto é que ele ocorrerá em meio a pandemia da Covid-19, por isso, a necessidade de ser totalmente digital. Ele irá compor a programação cultural e será divulgado nos canais de comunicação do Sesc, no segundo semestre deste ano, com objetivo de levar bem-estar social e qualidade de vida aos trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo, de seus familiares e da comunidade como um todo. Os conteúdos poderão ser gravados ou ao vivo.

As categorias para as 50 vagas envolvem: artes cênicas (teatro, dança e circo); audiovisual, música, literatura, arte educação e patrimônio cultural, como também ações formativas em cultura, com a finalidade de impulsionar a produção cultural artística potiguar e colaborar para o desenvolvimento cultural e econômico, com investimento nos processos de criação artística, formação e desenvolvimento humano.

Cada concorrente pode inscrever apenas um projeto, ser maior de 18 anos e residir no Rio Grande do Norte. A proposta será remunerada com o valor bruto de R\$ 1.000,00 (mil reais). Serão selecionadas propostas de criação artística, fruição e formação, inéditas ou não.

Serviço:

O que? Projeto Poti-cultural do **Sesc RN** 2020

Quando?

Inscrições: 20/07 a 04/08.

Análise e avaliação das propostas: 05/08 a
12/08/2020.

Divulgação do resultado da seleção:
13/08/2020.

Interposição de recurso: 14/08 a 20/08.

Execução das propostas: 01/09 a 11/12/2020.

Onde?

E-mail: cultura@m.sesc.com.br

Mais informações: www.sescrn.com.br

*Fonte: Fecomércio RN

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN -
SESC RN**

Fecomércio manifesta preocupação e indignação com as cenas de aglomerações em Natal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Nota

A Fecomércio RN vem a público externar SUA PROFUNDA PREOCUPAÇÃO E INDIGNAÇÃO com as CENAS DE FLAGRANTE DESRESPEITO AO ISOLAMENTO SOCIAL QUE A PANDEMIA DA COVID-19 AINDA NOS IMPÕE, VERIFICADAS NAS ORLAS DAS PRAIAS URBANAS DE NATAL E EM VÁRIOS PONTOS DO ESTADO NESTE DOMINGO, 19. A aglomeração irresponsável de pessoas, a falta de uso de máscaras e inúmeras outras atitudes NÃO CONDIZEM COM A RESPONSABILIDADE QUE TEMOS DEFENDIDO COMO PREMISSA PARA MANTERMOS FIRME A RETOMADA

GRADUAL DA ECONOMIA EM NOSSO ESTADO E EM NOSSA CIDADE. E TENDEM A FERI-LA DE MORTE.

Vale ressaltar que o esforço - imenso - para que pudéssemos ter números que embasassem o início desta retomada, AO QUAL SE ALIA O ZELO DA IMENSA MAIORIA DOS EMPREENDEDORES DO COMÉRCIO E DOS SERVIÇOS POTIGUARES NO PREPARO E NA MANUTENÇÃO DOS SEUS ESTABELECIMENTOS COMO AMBIENTES SEGUROS PARA COLABORADORES E CONSUMIDORES, É UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA E QUE TEM COMO PREMISSA PRESERVAR VIDAS DE PESSOAS E DE EMPRESAS, FREANDO UMA CRISE SEM PRECEDENTES E DANDO INÍCIO A UM AMBIENTE QUE POSSA GARANTIR A MANUTENÇÃO DE EMPREGO E RENDA PARA NOSSO POVO.

Desde o início, defendemos que este equilíbrio é UM INTERESSE DE TODOS OS POTIGUARES: AUTORIDADES (DAS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO), EMPREENDEDORES, COLABORADORES E POPULAÇÃO.

Portanto, é dever DE TODOS, agir com a postura necessária para que ele possa ser garantido. Sob pena de sermos obrigados, mais uma vez, por um eventual novo avanço da doença, A DAR PASSOS ATRÁS QUE TENDEM A SER FATAIS PARA OUTRAS TANTAS VIDAS HUMANAS, ALÉM DAS QUE JÁ PERDEMOS, ASSIM COMO PARA TODA A NOSSA ECONOMIA.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS,
SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DO RN

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - FECOMÉRCIO RN**

Governo convoca prefeituras de cidades litorâneas para impedir aglomerações



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: tadeufm

Diante das aglomerações observadas nas praias no último final de semana, a governadora Fátima Bezerra convoca os prefeitos de 22 municípios costeiros do Rio Grande do Norte - de Tibau a Baía Formosa - para a videoconferência que será realizada nesta terça-feira (21), às 16 horas. Foram convidados os representantes da Procuradoria Geral da República, dos Ministérios Públicos Estadual e Federal e das entidades dos bares e restaurantes e do comércio (Abrasel-RN, Fecomércio e Sebrae-RN), além de agentes da Segurança e da Saúde Pública.

A pauta da reunião será a busca de solução

para o problema enfrentado no litoral, visto que a pandemia não acabou e o isolamento social se faz necessário como medida de prevenção ao coronavírus. 'O que aconteceu nesse fim de semana em Ponta Negra e em outras praias é inaceitável. Eu tenho alertado que a pandemia não foi embora, que o vírus continua aí. Isso que nós vimos põe em risco todo o trabalho de prevenção que vem sendo realizado. Vamos buscar um entendimento com os prefeitos e discutir medidas mais fortes de fiscalização', justificou a governadora.

O secretário estadual de Gestão de Metas e Projetos e coordenador do programa Pacto pela Vida, Fernando Mineiro, informou que o Tribunal Regional Federal da 5ª Região emitiu uma decisão, na última sexta-feira (7), em que aponta que o poder de definir a liberação das atividades econômicas é do Município (no caso, a decisão se refere à capital).

'O acesso, a circulação de pessoas, o funcionamento dos quiosques e ambulantes são de responsabilidade das prefeituras. O papel do Estado é se somar nas parcerias e estamos à disposição para realização de ações com os municípios, como as barreiras sanitárias nos acessos às vias litorâneas, distribuição de máscaras e atuação das Forças de Segurança, para conter as possíveis arbitrariedades', explicou.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Fátima convoca prefeituras de cidades litorâneas para impedir aglomerações



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A governadora Fátima Bezerra (PT) publicou na noite desta segunda-feira (20) um vídeo anunciando a convocação dos prefeitos de 22 municípios costeiros do Rio Grande do Norte - de Tibau a Baía Formosa - para a videoconferência que será realizada nesta terça-feira (21), às 16 horas. Foram convidados os representantes da Procuradoria Geral da República, dos Ministérios Públicos Estadual e Federal e das entidades dos bares e restaurantes e do comércio (Abrasel, Fecomércio e Sebrae), além de agentes da Segurança e da Saúde Pública.

A decisão é uma reação às cenas de aglomeração em algumas praias, especialmente

Ponta Negra neste domingo (20), com vídeos de populares aglomerados no calçadão e desrespeitando os protocolos sanitários estipulados pelo poder público no intuito de conter a propagação do novo coronavírus. A pauta da reunião será a busca de solução para o problema enfrentado no litoral, visto que a pandemia não acabou e o isolamento social se faz necessário como medida de prevenção ao coronavírus.

'O que nós vimos em Ponta Negra neste final de semana é inaceitável. Eu tenho alertado que a pandemia não foi embora, que o vírus continua aí. Isso que nós vimos põe em risco todo o trabalho de prevenção que vem sendo realizado', afirmou a governadora.

De acordo com Fátima a reunião deve ocorrer amanhã (21). 'Estou convocando para esta terça-feira, às 16 horas, os gestores dos 20 municípios litorâneos do Estado, entidades empresariais do turismo, bares e restaurantes, os Ministérios Públicos, para juntos discutirmos medidas mais fortes de fiscalização. Cobrando mais uma vez o papel das prefeituras, inclusive aquelas prefeituras que foram à Justiça pedir para legislar no plano local, flexibilizando medidas, é importante elas levarem em conta que igualmente cabem a elas a fiscalização no cumprimento dessas normas.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Após 121 dias fechados, shoppings e galerias sem ar condicionado podem reabrir em Natal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

As aglomerações deste domingo não interferiram na continuidade da reabertura econômica da Prefeitura do Natal, que confirmou que nesta terça-feira, 21, voltam a abrir os shoppings e galerias sem ar condicionado com o início da segunda fração da segunda fase. O governo estadual prevê o início dessa fração para esta quarta-feira (21), mas não confirmou a continuidade das ações. O Comitê Científico não havia entregue um parecer à governadora Fátima Bezerra até a noite desta segunda.

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Rio Grande do Norte (Fecomércio RN) mostrou preocupação com as aglomerações com o receio que a postura cause

um novo aumento de casos de covid-19 no Estado e que as Prefeituras voltem a adotar o isolamento social mais rígido. 'É dever de todos agir com a postura necessária para que ele [o distanciamento social] possa ser garantido. Sob pena de sermos obrigados, mais uma vez, por um eventual novo avanço da doença, a dar passos atrás que tendem ser fatais para outras tantas vidas humanas, além das que já perdemos, assim como para toda nossa economia', afirmou a Fecomércio RN em nota.

Procurada pela reportagem, a Federação também afirmou que o cronograma atual deve ser mantido, por enquanto. O calendário prevê ainda mais uma fase de reabertura, também com duas frações, marcadas para os dias 28 de julho e 4 de agosto, em Natal, e 29 de julho e 5 de agosto no Estado. A penúltima fração, marcada para iniciar nos dias 28 e 29 de julho, reabre os bares e restaurantes maiores. Já a última, com início nos dias 4 e 5 de agosto, libera os shoppings e academias com ar condicionado.

Segundo a Fecomércio RN, os primeiros 20 dias de reabertura foram dentro do esperado. 'Já sabíamos que a retomada era apenas um primeiro passo. As pessoas precisam voltar a ter segurança para sair de casa e isso leva tempo. Também tem o contexto financeiro. Muita gente perdeu renda e isso é causa e efeito do baixo movimento inicial do comércio e dos serviços. Precisávamos dar o primeiro impulso para a roda da economia voltar a girar. E isso foi feito. Vamos evoluindo, paulatinamente, em tudo', declarou a federação à reportagem.

Expectativa

Após exatos 121 dias de portas fechadas em

virtude da pandemia do novo coronavírus, o Praia Shopping é um dos empreendimentos que retoma atividades nesta terça-feira (21), em horário reduzido e com 90% das operações em funcionamento.

No período da pandemia e na busca por oferecer uma opção de compras para o seu cliente, Praia Shopping lançou os serviços de Drive Thru e Compras On Line e informa que irá continuar disponibilizando essas opções simultaneamente à reabertura do seu ambiente físico.

"A ideia é agregar esse ambiente de compras virtual que por aqui em nosso shopping vem fazendo bastante sucesso. É nossa forma de fazer com que o nosso cliente continue a se sentir confortável para fazer suas compras em nossas lojas até que tudo possa estar normalizado e também é uma readaptação ao nosso "novo normal", explicou Danielle Leal, gerente geral do shopping.

Reabertura

Os shoppings centers sem sistema de ar-condicionado localizados em Natal tem autorização para funcionar a partir desta terça-feira, 21 de julho, a partir do Decreto N.º 12.004 da Prefeitura do Natal.

A Câmara de Dirigentes Lojistas de Natal informa os horários de funcionamento dos estabelecimentos para que o consumidor possa se programar.

Praia Shopping

Lojas, quiosques e praça de alimentação - segunda a sábado - das 12 às 20hs.

Domingos e feriados - 12 às 20hs - Abertura facultativa.

Lotérica - De segunda a sexta-feira das 09 às 19hs.

Sábados - 09 às 18hs

Via Direta

Lojas e quiosques - segunda a sábado- das 12 às 20hs.

Domingos e feriados - 12 às 20hs - Abertura facultativa.

Cidade Jardim

Lojas e quiosques - De segunda a sábado - das 12 às 20hs

Shopping 10 - Alecrim

Lojas, quiosques e praça de alimentação - segunda a sábado - das 09 às 17hs.

Domingo - Fechado

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Prefeitura do Natal monta operação para combater aglomerações



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Luiz Henrique Gomes

Repórter

O Governo do Estado e a Prefeitura do Natal reagiram às aglomerações na praia de Ponta Negra neste domingo (19) ocorridas durante a pandemia do novo coronavírus. A governadora Fátima Bezerra, e o prefeito de Natal, Álvaro Dias, consideraram o caso 'inadmissível' e não descartaram retroceder às medidas de reabertura para tentar endurecer o isolamento social. Na noite desta segunda-feira (20), o Executivo Municipal anunciou que vai aumentar a fiscalização na área e pediu oficialmente o apoio das forças de segurança pública do

Estado.

Créditos: Joana Lima Em reunião de emergência na tarde desta segunda-feira, 20, prefeito Álvaro Dias determinou montagem de esquema de fiscalização

Secretários e técnicos da Prefeitura definiram estratégias para coibir aglomerações como as que ocorreram nas praias urbanas da cidade durante o último fim de semana. Por determinação do prefeito Álvaro Dias, os membros da administração se reuniram para desenhar um plano de ação a fim de combater a superlotação nas praias e nos espaços públicos da cidade. A mobilização vai envolver diversas secretarias, reunindo aproximadamente 50 servidores e 12 veículos, entre motos, carros e guincho.

Vídeos de aglomerações em Ponta Negra no domingo (19) se espalharam nas redes sociais. Dezenas de pessoas circulavam na orla da praia sem máscaras e sem o cumprimento do distanciamento social. As aglomerações aconteceram no mesmo dia em que a região metropolitana de Natal registrou 86% de ocupação dos leitos de UTI e semi intensivos públicos, um percentual considerado acima do seguro por autoridades sanitárias para manter a flexibilização das medidas de distanciamento, o que inclui o fechamento do comércio não essencial.

O Rio Grande do Norte chegou nesta segunda-feira (20) a 43.957 casos confirmados do novo coronavírus e 1.585 mortes, sendo quatro nas últimas 24 horas.

O índice de isolamento social no dia do registro das aglomerações não foi divulgado pelo Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (LAIS) até a noite desta segunda-feira. A última medição do isolamento divulgada é do sábado (18). Natal estava, naquele dia, com 41,9% de isolamento.

O prefeito de Natal, Álvaro Dias, afirmou que as aglomerações eram 'inadmissíveis' e pediu a responsabilidade individual dos cidadãos. 'É preciso que todos entendam que nós estamos tomando todas as medidas possíveis para combater a doença e precisamos que a população também faça a sua parte', declarou. Álvaro Dias não descarta ampliar medidas de restrições sociais. 'Se necessário, vamos fazer um controle ainda mais rigoroso e restritivo nas praias e nos locais em que a circulação de pessoas está permitida. Ou, então, vamos ter de retroceder, de voltar a fechar tudo, o comércio que não for essencial, e manter o isolamento social mais rígido', declarou.

Convocação

O Governo do Estado, por sua vez, convocou os prefeitos de 22 municípios costeiros do Rio Grande do Norte - de Tibau a Baía Formosa - para a videoconferência que será realizada nesta terça-feira (21), às 16h. Foram convidados os representantes da Procuradoria Geral da República (PGR), dos Ministérios Públicos Estadual e Federal (MPRN e MPF) e das entidades dos bares e restaurantes e do comércio (Abrasel-RN, Fecomércio e Sebrae-RN), além de agentes da Segurança e da Saúde Pública.

A Prefeitura do Natal é o ente responsável pela

fiscalização das orlas urbanas. Também nesta segunda-feira (20), o vice-governador do Estado, Antenor Roberto, chamou a administração municipal de 'ausente' na fiscalização e disse que as forças de segurança pública do Estado estavam 'à disposição' para auxiliar as ações precisas. À tarde, o prefeito enviou um ofício ao governo estadual solicitando o apoio e anunciou a criação de uma força-tarefa para a fiscalização nas praias.

'O que nós vimos em Ponta Negra neste fim de semana é inaceitável. Eu tenho alertado que a pandemia não foi embora, o vírus ainda continua aí. Isso coloca em risco todo trabalho de prevenção e resultado alcançados pelo Rio Grande do Norte', declarou Fátima Bezerra. Pela manhã, o vice-governador Antenor Roberto chegou a afirmar que as aglomerações causaram 'repulsa e indignação' e que impressionava 'pela falta da capacidade de se colocar no lugar do outro.'

Ocupação de leitos ainda é alta na RMN

A região metropolitana de Natal estava com 86% dos leitos críticos (UTI ou semi intensivos) da rede pública ocupada no domingo (19), dia em que as aglomerações foram registradas nas praias de Ponta Negra e de Cotovelo. Ao todo, 154 pessoas estavam internadas em estado grave.

A quantidade de pacientes em estado grave nos leitos públicos na região é superior ao registrado há um mês, no dia 19 de junho. Havia 105 pacientes internados na data e nenhum leito disponível, além de pacientes na fila de espera. O que mudou de um mês para o outro, no entanto, foi o número de leitos disponíveis, que cresceu com a abertura de

novas Unidades de Terapia Intensiva (UTI).

A infectologista Marise Reis, participante do Comitê Científico da Sesap/RN e docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), chamou atenção para esse detalhe. Na avaliação da infectologista, apesar da região metropolitana de Natal ter um percentual de ocupação menor dos leitos, a quantidade de pessoas internadas continua alta e se ater apenas ao percentual sem olhar para a quantidade de internados pode gerar uma sensação falsa de tranquilidade.

'Não temos que confiar só porque tem leito disponível. Temos mais leitos disponíveis hoje porque mais leitos foram abertos. Mas se eu tenho internados, quanto mais internados eu tiver, mais mortes irão ocorrer. É proporcional. Nós temos que ficar atentos a frear a pandemia, não apenas abrir leitos. Temos que evitar que as pessoas fiquem doentes porque assim evitaremos mortes', declarou Reis.

De acordo com a infectologista, os efeitos de aglomerações como as registradas no domingo são a longo prazo e demoram pelo menos duas semanas para serem observadas. Ela disse que somente a partir desta segunda-feira (20), o Comitê Científico vai conseguir avaliar, por exemplo, se a reabertura gradual da economia trouxe algum efeito negativo ou de estabilidade para a pandemia do novo coronavírus.

Outras regiões

Na tarde desta segunda-feira, 230 leitos críticos estavam ocupados e 49 leitos disponíveis. A ocupação era de 82,4%. A região de Saúde do Estado com maior ocupação é a região metropolitana de Natal, com 93%, ocupação

maior que a registrada no dia anterior, de 86%. No Oeste, a ocupação é de 83%. A região do Alto Oeste, o Seridó e a região do Mato Grande, com leitos concentrados nas cidades de João Câmara e Guamaré, estão com 60%, 86% e 25% de leitos críticos ocupados, respectivamente.

O Rio Grande do Norte é um dos poucos Estados brasileiros que registra redução na média diária de novos casos e mortes.

Marise Reis: 'Não podemos naturalizar mortes evitáveis'

Como o comitê científico da Secretaria de Estado da Saúde Pública avalia as aglomerações observadas do domingo (19)?

O Comitê vê essas aglomerações com muita preocupação, porque mostra a repetição de um erro que vimos em outros Estados, que passaram pelo processo de reabertura antes da gente, como São Paulo, Rio de Janeiro, e até outros países. Há uma necessidade de abrir parcialmente e com prudência o setor econômico e a vida social, mas as pessoas precisam compreender que abrir não é correr para lá. Ou as pessoas compreendem que esse é um comportamento que não se aplica ou o número de novos casos vai aumentar de novo. É muito difícil de ver as aglomerações, muito preocupante.

Créditos: Elisa Elsie Marise Reis, Infectologista e professora da UFRN

Existiu uma sensação de tranquilidade causada pela reabertura e pelo menor nível de ocupação dos leitos?

Esse momento é tudo, menos tranquilo. Não é porque as atividades estão sendo abertas que a pandemia está controlada e estamos tranquilos. Está abrindo por uma necessidade do setor econômico e produtivo. A ocupação de leitos é menor do que antes, mas não estamos em um nível seguro. Para haver segurança é preciso ter a ocupação de leitos críticos abaixo de 80% por duas semanas, de forma sustentada. Nós tivemos abaixo de 80% por algumas horas apenas. Não estamos num nível tranquilo.

Já estamos no período em que as consequências da reabertura possam ser visualizadas, seja com a confirmação da estabilização dos casos ou com o aumento de casos?

Nesta semana, vamos começar a ver o efeito da reabertura. O que vivenciarmos esta semana é reflexo de duas semanas atrás, não de ontem. Mas é importante dizer que não temos que confiar só porque tem leito disponível. Temos mais leitos disponíveis hoje porque mais leitos foram abertos. Mas se eu tenho internados, quanto mais internados eu tiver, mais mortes irão ocorrer. É proporcional. Nós temos que ficar atentos a frear a pandemia, não apenas abrir leitos. Temos que evitar que as pessoas fiquem doentes porque assim evitaremos mortes.

Corremos o risco de ver um novo aumento de casos caso as aglomerações se repitam?

Corremos o risco de nos adaptarmos a ver nossa população morrendo, a achar que morrer 20 todos os dias está bom. Isso é você se acomodar ao estado de morte diária por uma doença que pode ser prevenida evitando um

contato. Não podemos naturalizar mortes evitáveis, naturalizar a marca de 20 mortes evitáveis por dia em nosso Estado. A covid-19 é uma morte evitável, é isso que precisamos entender. Como eu evito essa morte? Evitando a exposição das pessoas ao vírus. Se eu precisar sair por qualquer motivo, eu preciso me proteger. Nesta fase que nós estamos é muito importante o envolvimento das pessoas, dos gestores e dos empresários, que têm seus negócios e precisam movimentá-los, para evitarmos mortes. Todos nós temos responsabilidade sobre a pandemia.

Pesquisadores no RN debatem sobre vacina contra a covid

Especialistas e pesquisadores do Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (LAIS/UFRN) debateram os resultados iniciais da testagem de uma vacina para o novo coronavírus na tarde desta segunda-feira, 20. A vacina em estágio mais avançado é a da Universidade de Oxford, no Reino Unido, cujas avaliações iniciais dos cientistas envolvidos apontaram como segura e indutora de resposta imune ao vírus SARS-COV-2. Os pesquisadores locais também avaliaram as recentes decisões governamentais para o início da retomada gradual das atividades econômicas no Estado.

De acordo com o vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Marco Krieger, que tem acompanhado de perto as discussões relativas à produção de uma vacina contra o novo coronavírus, o processo de formulação desse fármaco se dá em três fases: a pré clínica, descoberta e ensaios preliminares de toxicidade, feitos em células e modelos

animais. Esse processo visa garantir a segurança da vacina nos humanos, uma vez que ela é testada em voluntários. Nesses trabalhos, partes clínicas são feitas em fases, com números de voluntários que vão avançando em três fases.

'Após a garantia dessa segurança, fazemos as partes clínicas, que são divididas em três fases: a fase 1, com número pequeno de voluntários, que você testa principalmente a segurança, então são algumas dezenas de voluntários. Se forem satisfatórios, passa para a parte dois, em que confirmamos os dados de segurança, mas avança também um pouco da resposta imunológica, o princípio do conceito de eficácia. E na fase 3 passa para dezenas de milhares de voluntários para termos dados maiores sobre a segurança que vem monitorando desde a fase 1 e ter e um dado mais efetivo da proteção dessa vacina', explicou.

De acordo com ele, a vacina da Universidade de Oxford, mais avançada e com resultados preliminares satisfatórios, já tinha sido testada para outro coronavírus, o MERS, nas fases 1 e 2. De acordo com a subcoordenadora de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap/RN), Alessandra Lucchesi, a determinação para a utilização da vacina virá do Ministério da Saúde.

'Seguimos o programa nacional de imunização. A determinação de qual vacina será utilizada no RN vai depender do posicionamento do Ministério da Saúde, que faz a distribuição das vacinas para todo o Estado. A depender de cada vacina, a gente precisa aprender um pouco mais sobre o comportamento da imunidade e como essas vacinas vão estar

funcionando, se será na mesma perspectiva das vacinas utilizadas hoje, por exemplo, para a Influenza, com ciclo de aplicação anual. Essa discussão não foi feita ainda com nenhum estado', comentou.

Flexibilização

Enquanto a vacina não chega, os gestores em saúde pública se baseiam em dados epidemiológicos para justificar a retomada gradual das atividades econômicas 'Só podemos tomar decisões de acordo com o cenário que evidenciamos. Não tem como fazer procedimentos com achismos. Até o momento, todas as medidas que foram adotadas tem seguido seu comportamento de alguma forma esperada e, nesse momento, temos condições de acordo com o que está se apresentando, de manter o posicionamento atual, até que passemos por uma nova avaliação para ver se os dados apontam ainda uma continuidade do que já foi mencionado ou não', comentou Lucchesi.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Governo convoca prefeituras de cidades litorâneas para impedir aglomerações



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Blog Salomão Medeiros

Diante das aglomerações observadas nas praias no último final de semana, a a governadora Fátima Bezerra convoca os prefeitos de 22 municípios costeiros do Rio Grande do Norte - de Tibau a Baía Formosa - para a videoconferência que será realizada nesta terça-feira (21), às 16 horas.

Foram convidados os representantes da Procuradoria Geral da República, dos Ministérios Públicos Estadual e Federal e das entidades dos bares e restaurantes e do comércio (Abrasel-RN, Fecomércio e Sebrae-RN), além de agentes da Segurança e da Saúde

Pública.

A pauta da reunião será a busca de solução para o problema enfrentado no litoral, visto que a pandemia não acabou e o isolamento social se faz necessário como medida de prevenção ao coronavírus.

'O que aconteceu nesse fim de semana em Ponta Negra e em outras praias é inaceitável. Eu tenho alertado que a pandemia não foi embora, que o vírus continua aí. Isso que nós vimos põe em risco todo o trabalho de prevenção que vem sendo realizado. Vamos buscar um entendimento com os prefeitos e discutir medidas mais fortes de fiscalização', justificou a governadora.

O secretário estadual de Gestão de Metas e Projetos e coordenador do programa Pacto pela Vida, Fernando Mineiro, informou que o Tribunal Regional Federal da 5ª Região emitiu uma decisão, na última sexta-feira (17), em que aponta que o poder de definir a liberação das atividades econômicas é do Município (no caso, a decisão se refere à capital).

'O acesso, a circulação de pessoas, o funcionamento dos quiosques e ambulantes são de responsabilidade das prefeituras. O papel do Estado é se somar nas parcerias e estamos à disposição para realização de ações com os municípios, como as barreiras sanitárias nos acessos às vias litorâneas, distribuição de máscaras e atuação das Forças de Segurança, para conter as possíveis arbitrariedades', explicou. Foto:Sandro Menezes

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - FECOMÉRCIO RN**

Governo do Estado convoca prefeituras de cidades litorâneas para impedir aglomerações



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rodrigo Freire

Diante das aglomerações observadas nas praias no último final de semana, a governadora Fátima Bezerra convoca os prefeitos de 22 municípios costeiros do Rio Grande do Norte - de Tibau a Baía Formosa - para a videoconferência que será realizada nesta terça-feira (21), às 16 horas. Foram convidados os representantes da Procuradoria Geral da República, dos Ministérios Públicos Estadual e Federal e das entidades dos bares e restaurantes e do comércio (Abrasel-RN, Fecomércio e Sebrae-RN), além de agentes da Segurança e da Saúde Pública.

A pauta da reunião será a busca de solução para o problema enfrentado no litoral, visto que a pandemia não acabou e o isolamento social se faz necessário como medida de prevenção ao coronavírus. 'O que aconteceu nesse fim de semana em Ponta Negra e em outras praias é inaceitável. Eu tenho alertado que a pandemia não foi embora, que o vírus continua aí. Isso que nós vimos põe em risco todo o trabalho de prevenção que vem sendo realizado. Vamos buscar um entendimento com os prefeitos e discutir medidas mais fortes de fiscalização', justificou a governadora.

O secretário estadual de Gestão de Metas e Projetos e coordenador do programa Pacto pela Vida, Fernando Mineiro, informou que o Tribunal Regional Federal da 5ª Região emitiu uma decisão, na última sexta-feira (7), em que aponta que o poder de definir a liberação das atividades econômicas é do Município (no caso, a decisão se refere à capital).

'O acesso, a circulação de pessoas, o funcionamento dos quiosques e ambulantes são de responsabilidade das prefeituras. O papel do Estado é se somar nas parcerias e estamos à disposição para realização de ações com os municípios, como as barreiras sanitárias nos acessos às vias litorâneas, distribuição de máscaras e atuação das Forças de Segurança, para conter as possíveis arbitrariedades', explicou.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Fátima Bezerra convoca 22 prefeitos do RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Robson Pires

Diante das aglomerações observadas nas praias no último final de semana, a a governadora Fátima Bezerra convoca os prefeitos de 22 municípios costeiros do Rio Grande do Norte - de Tibau a Baía Formosa - para a videoconferência que será realizada nesta terça-feira (21), às 16 horas. Foram convidados os representantes da Procuradoria Geral da República, dos Ministérios Públicos Estadual e Federal e das entidades dos bares e restaurantes e do comércio (Abrasel-RN, Fecomércio e Sebrae-RN), além de agentes da Segurança e da Saúde Pública.

A pauta da reunião será a busca de solução

para o problema enfrentado no litoral, visto que a pandemia não acabou e o isolamento social se faz necessário como medida de prevenção ao coronavírus. 'O que aconteceu nesse fim de semana em Ponta Negra e em outras praias é inaceitável. Eu tenho alertado que a pandemia não foi embora, que o vírus continua aí. Isso que nós vimos põe em risco todo o trabalho de prevenção que vem sendo realizado. Vamos buscar um entendimento com os prefeitos e discutir medidas mais fortes de fiscalização', justificou a governadora.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Fecomércio RN oferece capacitação gratuita para preparar escolas em tecnologias



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Em mais uma ação de parceria e atuação reforçada em virtude da Pandemia, o **Sistema Fecomércio RN**, por meio do Sesc e **Senac RN**, abre, na próxima segunda-feira, 20, as inscrições para os cursos gratuitos do seu Programa de Assistência Educacional. A ideia é oferecer um pacote de serviços gratuitos para orientação e capacitação, com foco nas tecnologias e biossegurança no ambiente escolar. O pacote inclui consultoria, cursos on-line, lives e aula experimental.

Nesta primeira etapa, o programa irá disponibilizar 300 vagas em cursos de aperfeiçoamento em ferramentas e aplicativos para a realização de aulas on-line; formação

tecnológica para docência e capacitação de boas práticas de prevenção à Covid-19 para creches e escolas.

'Desde o início da crise instalada pela pandemia Covid-19 o **Sistema Fecomércio RN** vem investindo em ações e medidas que atendam todos os profissionais e também empresas. O Programa de Assistência Educacional é parte dessas ações. Uma iniciativa construída pelas equipes do Sesc e **Senac RN**, com o objetivo de auxiliar os educadores e escolas nesse novo ambiente educacional', disse o presidente do **Sistema Fecomércio RN**, **Marcelo Queiroz**.

As aulas dos próprios cursos serão ministradas no ambiente virtual, com toda a estrutura de apoio aos alunos. O curso básico de aperfeiçoamento em tecnologias digitais para sala de aula, por exemplo, é voltado preferencialmente aos educadores de escolas públicas e privadas, conduzida pela equipe pedagógica do **Sesc RN**, por meio do Google Meet, Classroom e WhatsApp. São 50 vagas e os conteúdos abrangem a plataforma Google e seus principais aplicativos como atividades remotas e sala de aula on-line.

As interações em tempo real serão de duas horas, com aulas de segunda a sexta-feira, respectivamente nos horários das 8h às 10h e das 14h às 16h. Inclusive, o ensino on-line foi destaque no Censo de Educação realizado pelo **Sesc RN** com os pais e responsáveis dos alunos das escolas Sesc. O índice de aceitação das aulas virtuais foi de 92%, o que indica a satisfação com a nova metodologia adotada.

Os outros dois cursos oferecidos dentro do programa são o de Formação Tecnológica para Docência, com 150 vagas, e o de Boas Práticas de Prevenção à Covid-19 em Creches e Escolas, com 100 vagas. Ambos os cursos serão on-line e ao vivo, por meio da Sala de Aula Virtual do **Senac** RN, através da plataforma Microsoft Teams. As escolas também terão acesso a um serviço de consultoria, que orientará as tecnologias adequadas a cada realidade.

As vagas são limitadas. O período de inscrição é de 20 a 27 de julho, por meio dos sites www.sescrn.com.br e www.rn.senac.br. Os participantes recebem o certificado digital após conclusão do curso, mediante o cumprimento de carga horária estabelecida.

No dia 21 julho será realizado uma live de lançamento, às 18h30, com o tema 'Os desafios das escolas e dos educadores para enfrentar as mudanças em virtude da Covid-19'. O bate papo será transmitido nos canais do Sesc e **Senac** no Youtube e que conta com a mediação da jornalista e educadora, Érika Zuza, com participação dos diretores regionais do Sesc e do **Senac**, Fernando Virgílio e Raniery Pimenta. Já no dia 23 de julho haverá uma aula experimental, aberta ao público e também virtual, na qual qualquer pessoa poderá conhecer melhor o programa e os cursos.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN

Sesi oferece curso para gestores sobre retomada de atividades



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Serviço Social da Indústria (Sesi) oferece curso gratuito, a partir de amanhã (21), para a capacitação de gestores que precisam preparar suas equipes para a volta ao trabalho. O curso é útil para a retomada de atividade em meio à pandemia de covid-19.

O curso vai auxiliar a elaboração e execução de planos de retomada das atividades produtivas da indústria, abordando medidas de prevenção no local de trabalho, monitoramento da saúde, condução de casos suspeitos e providências em situações confirmadas de infecção.

As orientações do curso estão em conformidade com o protocolo lançado pelo Sesi em junho.

Com base nas normas e orientações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde, o protocolo da entidade descreve adequações no ambiente, adoção de novas rotinas, novo ciclo de cuidado com a saúde laboral e até estratégias para fomentar a pesquisa e inovação que evitem a contaminação dos trabalhadores.

A capacitação tem duração de quatro horas, não tem limite de vagas e gera certificado. O curso estará disponível no Portal da Indústria.

Criado há quase 75 anos, o Sesi é uma das nove entidades paraestatais que formam o chamado **Sistema S**, como o Senai, Sesc, Senac, Sebrae. O orçamento do sistema é custeado pelo pagamento de alíquota das empresas sobre a folha de pagamento. Os custos, como de outras contribuições, são computados nos preços das mercadorias ou dos serviços prestados pelas empresas que arrecadam para as entidades do sistema por meio do Instituto Nacional do Seguro Social.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S

Câmara aprova MP que dá prazo para devolução de auxílio emergencial



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Câmara dos Deputados aprovou nesta segunda-feira (20) a Medida Provisória 986/20, que estabelece 120 dias para estados e o Distrito Federal devolverem à União recursos não usados do auxílio emergencial ao setor cultural devido à pandemia de covid-19. A matéria segue para o Senado.

Sancionada em junho pelo presidente Jair Bolsonaro, a Lei Aldir Blanc prevê o pagamento de três parcelas de um auxílio emergencial de R\$ 600 mensais para os trabalhadores da área cultural, além de um subsídio para manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas e organizações comunitárias. Esse subsídio mensal terá valor entre R\$ 3 mil e R\$ 10 mil, de

acordo com critérios estabelecidos pelos gestores locais.

A lei já determinava que os municípios tinham prazo de até 60 dias destinarem os recursos, caso contrário, os valores deverão ser automaticamente revertidos ao fundo estadual de cultura ou à entidade estadual responsável pela gestão desses recursos. A Lei Aldir Blanc, no entanto, não mencionava prazo limite para que estados e o DF usem os recursos. Um novo regulamento definirá a forma e o prazo para devolução ao governo federal.

A MP reafirma que a aplicação dos recursos está limitada aos R\$ 3 bilhões liberados pela União. Caso municípios, estados e Distrito Federal queiram aumentar os valores, deverão fazer a complementação com recursos próprios.

Setor cultural

Em contrapartida ao auxílio emergencial, após a reabertura, os espaços beneficiados com subsídios deverão realizar atividades a alunos de escolas públicas, prioritariamente, ou para a comunidade, de forma gratuita. Não poderão receber o benefício espaços culturais criados pela administração pública de qualquer esfera, bem como aqueles vinculados a grupos empresariais e espaços geridos pelos serviços sociais do **Sistema S**.

Trabalhadores do setor cultural e microempresas e empresas de pequeno porte também terão acesso a linhas de crédito específicas para fomento de atividades e aquisição de equipamentos e condições especiais para renegociação de débitos, oferecidas por instituições financeiras federais.

De acordo com a lei, poderão ser realizados editais, chamadas públicas e prêmios, entre outros artifícios, para a manutenção e o desenvolvimento de atividades de economia criativa e economia solidária, cursos, manifestações culturais, produções audiovisuais, bem como atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou por meio de plataformas digitais.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S

Senar: Instituição abre inscrições para a quarta edição do CNA Jovem



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Lúcio Flávio

Imagem: Ilustração

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) abriu no dia 10 de julho corrente as inscrições para a quarta edição do CNA Jovem, programa de desenvolvimento de novas lideranças para o agro.

O programa gratuito tem o objetivo de apoiar o desenvolvimento de novas lideranças para enfrentar desafios e buscar inovações para a agropecuária brasileira em cinco áreas: institucional, sindical, político-partidária, empresarial e educacional.

Para se inscrever os participantes devem ter entre 22 e 30 anos, formação técnica ou superior completa e possuir algum vínculo com o setor agropecuário, como ser filho de produtor rural, atuar no meio rural ou possuir formação na área de ciências agrárias.

Notícia veiculada pela página virtual do **Senac/RN** explica que o programa foi reestruturado e traz novidades com etapas classificatórias e eliminatórias.

Para se inscrever e obter mais informações, veja o edital neste [LINK](#).

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN

Sesi oferece curso para gestores sobre retomada de atividades



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Serviço Social da Indústria (Sesi) oferece curso gratuito, a partir desta terça-feira (21), para a capacitação de gestores que precisem preparar suas equipes para a volta ao trabalho. O curso é útil para a retomada de atividade em meio à pandemia de covid-19.

O curso vai auxiliar a elaboração e execução de planos de retomada das atividades produtivas da indústria, abordando medidas de prevenção no local de trabalho, monitoramento da saúde, condução de casos suspeitos e providências em situações confirmadas de infecção.

As orientações do curso estão em conformidade com o protocolo lançado pelo Sesi em junho.

Com base nas normas e orientações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde, o protocolo da entidade descreve adequações no ambiente, adoção de novas rotinas, novo ciclo de cuidado com a saúde laboral e até estratégias para fomentar a pesquisa e inovação que evitem a contaminação dos trabalhadores.

A capacitação tem duração de quatro horas, não tem limite de vagas e gera certificado. O curso estará disponível no Portal da Indústria.

Criado há quase 75 anos, o Sesi é uma das nove entidades paraestatais que formam o chamado **Sistema S**, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Social do **Comércio** (Sesc), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). O orçamento do sistema é custeado pelo pagamento de alíquota das empresas sobre a folha de pagamento. Os custos, como de outras contribuições, são computados nos preços das mercadorias ou dos serviços prestados pelas empresas que arrecadam para as entidades do sistema por meio do Instituto Nacional do Seguro Social.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S, FECOMÉRCIO-RN - COMÉRCIO

BNDES lança plano de estímulo à aposentadoria; Banco poderá economizar R\$ 190 milhões por ano conforme as adesões



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Tatiana Alcantara

Foto: Reprodução

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lança, nesta segunda-feira (20) um plano de estímulo à aposentadoria para seus servidores. Na avaliação do banco, o PEA BNDES 2020 tem potencial para atingir aproximadamente 10% dos 2.623 empregados do seu quadro atual. O prazo de adesão será de 27 de julho a 21 de agosto deste ano.

De acordo com o BNDES, estão aptos a aderir ao plano os empregados do quadro próprio que tenham menos de 75 anos e já estejam aposentados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou tenham completado, até 30 de junho deste ano, as condições necessárias para se aposentar pela instituição.

O PEA BNDES 2020 prevê desligamentos na modalidade de demissão consensual prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que oferece 50% do aviso prévio indenizatório e 20% sobre o saldo para fins rescisórios do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Na adesão, o empregado receberá do banco um incentivo financeiro equivalente a 0,6 **salário** para cada 30 dias que faltarem para a obtenção do benefício integral de complementação de aposentadoria pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES.

O BNDES adiantou que quem for desligado por meio do PEA vai continuar vinculado ao Plano de Assistência e Saúde (PAS), que se estende aos seus dependentes.

Economia

Pelos cálculos do banco, caso todos os empregados elegíveis optem pelo PEA BNDES 2020, haverá uma **economia** nominal anual de aproximadamente R\$ 190 milhões, valor que pode chegar a até R\$ 950 milhões em cinco anos.

Transição

Junto com o plano, os empregados terão à disposição o programa Novos Tempos, que é um ciclo de palestras de preparação à aposentadoria realizado por uma consultoria especializada. A intenção é auxiliar na transição de carreira dos empregados que aderirem ao plano.

O empregado participará também, antes do desligamento, de um ciclo de transmissão do conhecimento, organizado pela Área de Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional do Banco. A medida é para fazer o compartilhamento de experiências e o treinamento do corpo funcional nas atividades específicas desenvolvidas.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Analistas do mercado ajustam projeção do PIB de 2020 para queda de 5,95%



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os economistas do **mercado** financeiro ajustaram suas projeções para o Produto Interno Bruto (PIB) em 2020 e agora esperam queda de 5,95% na atividade econômica deste ano. Na semana passada, a projeção era de retração 6,10% e há um mês, de baixa de 6,50%. Para 2021, o **mercado** financeiro manteve a previsão de alta de 3,50%.

As projeções fazem parte do boletim de **mercado** conhecido como relatório Focus, divulgado nesta segunda-feira, 20, pelo Banco Central (BC). Os dados foram levantados na semana passada em pesquisa com mais de 100 instituições financeiras.

No último dia 15, a Ministério da **Economia** informou que manteve a projeção de queda do PIB em 4,7% este ano, "diante da melhoria dos indicadores, refletindo um efeito positivo das políticas adotadas até então".

O Banco Mundial prevê recuo de 5% no PIB brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI) estima um tombo de 9,1% em 2020.

Em junho, o BC informou que seu Índice de Atividade (IBC-Br) recuou 9,73% em abril ante março, na série com ajustes sazonais. Foi o maior recuo da história em um único mês.

O PIB do primeiro trimestre do ano, que não foi totalmente afetado pelas medidas de isolamento social para conter o avanço do coronavírus, recuou 1,5%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Inflação e **juros** não têm alteração

Os analistas mantiveram a previsão para o IPCA, o índice oficial de preços, em alta de 1,72% no fim deste ano. A projeção para o índice em 2021 seguiu em 3,00%. Quatro semanas atrás, estava no mesmo patamar.

A estimativa está bem abaixo do centro da meta de 2020, de 4,00%, com margem de tolerância de 1,5 ponto porcentual (índice de 2,50% a 5,50%). No caso de 2021, a meta é de 3,75%, com margem de 1,5 ponto (de 2,25% a 5,25%).

O IPCA de junho teve alta de 0,26%, segundo o IBGE. No acumulado do primeiro semestre do ano, a alta é de 0,10%.

Também foram mantidas as projeções de 2% ao ano para a Selic no fim de 2020 e de 3% ao ano em 2021.

Em junho, ao cortar a Selic de 3,00% para 2,25% ao ano, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central informou que, para as próximas reuniões, 'vê como apropriado avaliar os impactos da pandemia e do conjunto de medidas de incentivo ao crédito e recomposição de renda, e antevê que um eventual ajuste futuro no atual grau de estímulo monetário será residual'.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Como agendar serviços no Meu INSS



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rafael Nicácio

O atendimento presencial nas agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) está suspenso temporariamente desde o mês de março, devido à pandemia de Covid-19. A data para a abertura das agências é o dia 3 de agosto. O atendimento exclusivo por meio de canais remotos foi prorrogado até 31 de julho e continuará sendo realizado mesmo após a reabertura das agências.

Quando o atendimento presencial retornar, o tempo de funcionamento das agências será parcial, com seis horas contínuas, e exclusivo aos segurados e beneficiários com prévio agendamento pelos canais remotos (Meu INSS

e Central 135).

Também serão retomados os serviços que não possam ser realizados por meio dos canais de atendimento remotos como, por exemplo, perícias médicas, avaliação social e reabilitação profissional.

O Meu INSS pode ser acessado pela internet do seu computador ou pelo telefone celular (Android e IOS). São oferecidos mais de 90 serviços, sem precisar sair de casa.

Como acessar o Meu INSS

Para conhecer a ferramenta, digite o endereço gov.br/meuinss ou instale o aplicativo Meu INSS no celular. Depois é preciso fazer um cadastro e obter uma senha.

Também é possível obter uma senha provisória pelo site de alguns bancos.

No Banco do Brasil o caminho é: bb.com.br > Serviços > Previdência social > Senha meu INSS > NAI

Na Caixa Econômica Federal: caixa.gov.br/Páginas > Serviço ao Cidadão > INSS > Gerar Código para Serviço INSS.

No Banese: banese.com.br > Internet Banking Banese > Serviços > Gerar Senha Meu INSS - NAI.

No Banrisul: banrisul.com.br > Menu Serviços > Criar Código INSS.

Bradesco: bradesco.com.br > Outros Serviços > Documentos > INSS - Cadastrar Código Inicial de Acesso ao Portal Meu INSS (NAI).

Itaú: itau.com.br > Previdência > INSS > Cadastrar senha inicial de acesso ao Portal Meu INSS.

Santander: santander.com.br > Outros Produtos > Demais Serviços > NAI - Núcleo de Autenticação Interbancária.

Sicoob: sicoob.com.br > Outras opções > Previdência Social > Senha Meu INSS > NAI.

Dificuldade no acesso

No site do INSS e na Central 135 (de segunda a sábado, das 7h às 22h), é possível tirar dúvidas sobre o acesso aos serviços.

Serviços do Meu INSS

No Meu INSS, o cidadão pode enviar, por exemplo, documentação digitalizada (escaneada) ou fotografada (por meio de foto tirada pelo celular). Um dos documentos que podem ser enviados pela internet é o atestado médico.

Para isso, é preciso acessar o Meu INSS e selecionar a opção 'Agendar Perícia'. Selecionar 'Perícia Inicial' e quando aparecer a pergunta 'Você possui atestado médico?', responder sim e anexar no portal.

Perguntas e respostas sobre concessão e prorrogação do auxílio-doença

Entre os serviços disponíveis no Meu INSS estão aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, **salário** maternidade pensão por morte, auxílio-doença, seguro-desemprego do pescador artesanal, benefícios assistenciais, certidão de tempo de contribuição, alterar local ou forma de pagamento, cadastrar ou renovar procuração

ou representante legal, solicitar pagamento de benefício não recebido, recurso e revisão, entre outros.

Após fazer a solicitação, é possível acompanhar, com o número do protocolo de requerimento, o andamento do pedido pelo Meu INSS ou telefone 135.

Cumprimento de exigência

O INSS diz que quem receber um SMS (mensagem de celular) ou e-mail informando que existe alguma pendência, não precisa se preocupar. Pelo Meu INSS é possível enviar o documento fotografado ou digitalizado para dar continuidade ao processo.

Site

Na página do INSS há mais informações sobre os serviços oferecidos na ferramenta, com vídeos explicativos.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Oferta conjunta de Vivo, Claro e TIM pela Oi terá caminho difícil para aval no Cade



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O fato de Vivo, Claro e TIM terem apresentado no fim de semana propostas para a aquisição de fatias da Oi não necessariamente facilitará a aprovação de uma eventual divisão da empresa entre elas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Fonte do órgão ouvida pelo Estadão/Broadcast lembra que o setor de telecomunicações no Brasil já é bastante concentrado e que essa operação significaria na prática a união das três maiores companhias de telefonia móvel para a aquisição da quarta competidora.

Ainda de acordo com essa fonte, a análise concorrencial no setor de telefonia móvel tem

uma série de nuances sobre abrangência da cobertura e disponibilidade de espectro eletromagnético. Isso dificultaria qualquer análise do negócio antes que haja mais informações sobre qual será a proposta de divisão dos ativos da Oi. Em qualquer cenário, ressalta, a concentração no setor aumentará.

Ano passado, a compra da Nextel pela Claro levou nove meses após seu anúncio para receber o aval do órgão antitruste. Apesar do Cade ter aprovado o negócio sem impor restrições em dezembro de 2019, o conselheiro relator do processo, Sérgio Ravagnani, ressaltou na ocasião que o **mercado** de telefonia móvel já apresenta grau de concentração significativo e, por isso, a autarquia deveria continuar atenta aos movimentos do setor.

De acordo com dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a Vivo lidera atualmente o **mercado** de telefonia móvel por ampla margem. A empresa controlada pela espanhola Telefônica detinha 33% de market share em maio - ou 74,38 milhões de acessos.

O volume estava bem à frente de Claro, que detinha 25,9% do **mercado**, ou 58,52 milhões de linhas ativas, já considerando a aquisição da Nextel (1,5%, ou 3,44 milhões de usuários). Na sequência vinha a TIM com 23,2% e 52,28 milhões de chips habilitados.

Já as operações da Oi que podem ser repartidas entre as três maiores empresas representavam 16,3% do **mercado** em maio, equivalentes a 36,69 milhões de clientes.

Em um cenário montado pelos analistas do Credit Suisse sobre o negócio, a TIM deve ficar com a maior parte dos ativos da Oi, levando 54% das operações e subindo para a segunda posição em tamanho da base de usuários dos serviços móveis. Nas estimativas do banco, restaria 24% das operações da Oi para a Vivo e 22% para a Claro.

Nesse cenário, apesar da saída de cena de um competidor, o poder de **mercado** entre as três maiores empresas no serviço móvel se tornaria mais equilibrado. A Vivo continuaria na liderança com 36,9% da base de usuários, seguida mais de perto pela TIM com 32%, e pela Claro com 29,5%.

Ou seja, a diferença entre o primeiro e o segundo competidor na telefonia móvel no Brasil cairia de 7,1 pontos percentuais para 4,9 pp. Em relação ao terceiro, cairia de 9,8 p.p para 7,4 p.p.

O presidente da consultoria Teleco, Eduardo Tude, avalia que a divisão dos ativos da Oi deverá levar em consideração as diferenças regionais de penetração entre as outras companhias para receber o aval do Cade.

'Em alguns Estados uma operadora é líder com mais de 50% do **mercado** e outra tem uma participação pequena. A divisão das operações deve ocorrer por regiões, mas também por frequências', avalia. 'Pela lógica, a TIM levaria uma fatia maior, até porque é a que tem menos espectro dentre as três. A Claro já possui mais frequências que as outras duas e, além disso, acaba de concluir a aquisição da Nextel', completa.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Estão querendo criar um `bode expiatório´ pra governadora



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Como não encontram brechas para falar mal do governo Fátima Bezerra (PT) no Rio Grande do Norte, estão querendo criar um "bode expiatório" - alguém erroneamente culpabilizado - para tentar acusar o seu governo de algum tipo de improbidade administrativa. Até impeachment já sugeriram, sem sucesso porque os argumentos não se sustentaram. Outro dia vi nas redes sociais que "Fátima Bezerra era uma mera pagadora de salários de servidores". Ué, e o governante não é pra pagar os servidores não, que trabalham e ajudam o governo na condução do Estado?

Certamente este cidadão que falou isso queria que o governo atrasasse os salários para ter motivos de criticar a governadora Fátima

Bezerra. Mas, apesar da crise sanitária e com a arrecadação em queda, Fátima Bezerra tem cumprido com o compromisso de não atrasar salários. Contudo, alguns insistem em transformar a pandemia numa bandeira política com motivações eleitoreiras. Lamentável que isto ocorra num momento em que o estado enfrenta a pior crise na saúde pública de sua história e com reflexos na **economia**.

O Consórcio Nordeste, do qual o Rio Grande do Norte participa, virou alvo para atingir o governo. A compra de respiradores vira e mexe volta a pauta da imprensa potiguar como forma de fustigar o governo petista. A PGE (Procuradoria Geral do Estado), por exemplo, já deu ciência ao secretário estadual de saúde, Cipriano Maia, das providências que estão sendo tomadas no âmbito do Consórcio Nordeste, por meio do Estado da Bahia, estado-líder, para recuperação dos valores pagos na aquisição de 30 respiradores para o Rio Grande do Norte que não foram entregues.

Por meio de ofício enviado ao secretário estadual de saúde, que já comunicou à Assembleia Legislativa, a PGE, representante do Estado do Rio Grande do Norte, informou sobre as comunicações feitas ao Ministério Público Federal no Estado da Bahia e ao Ministério Público Estadual, esclarecendo fatos e providências tomadas, bem como da petição protocolada requerendo ingresso no feito, como assistente, na ação movida contra a empresa HempCare em busca da recuperação do montante destinado à compra de respiradores voltados para a preservação de vidas humanas diante da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

Como disse o governo, "o cenário pandêmico

vem impondo ao gestor verdadeiros desafios. O contexto impõe que as alternativas à disposição sejam examinadas em todos os seus desdobramentos."

O jornalista Dinarte Assunção, questionou em seu blog o governo sobre uma outra compra de respiradores e só ter desistido após receber os equipamentos do governo federal.

Pois muito bem, o que o governo disse:

-A compra dos equipamentos, em que pese se demonstre notoriamente justificada diante da essencialidade do bem, indispensável ao enfrentamento da COVID-19, vem sendo alvo de diuturnas especulações, de modo que alguns esclarecimentos se fazem necessários:

a) Das propostas recebidas: O Estado do Rio Grande do Norte recebeu por volta de 16 (dezesesseis) propostas, cujo teor continha os mais diversos tipos de respiradores. Dentre as propostas apresentadas a empresa PV Distribuidora enviou documento ofertando 42 (quarenta e dois) respiradores mecânicos do modelo H-80M, no valor unitário de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), com prazo de entrega de 5 (cinco) dias úteis. Todavia, os equipamentos ofertados pela empresa eram respiradores do tipo não invasivos. Com efeito, cumpre elucidar que o tipo de equipamento cuja especificidade possibilita a ventilação mecânica e o consequente o tratamento da COVID-19, são os respiradores invasivos. Sendo essa a modalidade de respirador apta a intubação do paciente. Pelo consignado, e tendo em vista que os equipamentos ofertados pela empresa PV DISTRIBUIDORA não eram aptos à intubação dos infectados, a oferta foi descartada.

b) Da escolha da Baumer: não é exagerado registrar que a escolha dentre as propostas foi

tarefa de incansável estudo e trabalho bastante árduo. Para gerir o risco da aquisição de tamanha importância, deveria se ter em mente a segurança no recebimento do material, no tempo em que era necessário e com valor que não fosse excessivamente acima do ofertado no **mercado**. Sob essas premissas a escolha pela empresa Baumer foi a que se revelou mais vantajosa. Das 16 propostas apresentadas, a Baumer, apresentou oferta contendo respirador tipo invasivo, modelo SVB19, a serem vendidos em 3 lotes, e com seguro da compra de todos os itens ofertados. O primeiro lote oferecido pela empresa continha 15 unidades do respirador com entrega prevista para a data de 10 de Junho de 2020, o segundo lote continha outras 15 unidades, para entrega na data de 30 de Junho, e o terceiro lote era composto por 20 unidades a serem entregues no dia 15 de julho. Neste cenário, e tendo sido ponderado os vieses em torno da aquisição, principalmente no que diz respeito ao prazo de entrega, já que dentre as propostas a empresa Baumer era a única que poderia entregar até o dia 12 de junho, o Estado do Rio Grande do Norte optou pela compra do primeiro lote oferecido pela empresa, de modo que foram adquiridos junto a Baumer 15 respiradores, equipamentos estes devidamente entregues e que se encontram em pleno funcionamento nas unidades hospitalares do Estado.

c) Da não contratação direta da Pulsar e da não celebração de Convênio com o Estado da Bahia: justamente na lógica da gestão dos riscos envolvendo à compra dos respiradores, o Estado do Rio Grande do Norte optou pela não aquisição direta com a empresa Pulsar. A empresa Pulsar ofertava respiradores do tipo invasivo, modelo Dragër. Quanto ao modelo ofertado pela empresa, é essencial pontuar que os equipamentos Dragër são reconhecidos por sua excelência e por assim serem, são considerados como top de linha, e logicamente,

mais caro do que os convencionais. Neste ponto, aclare-se que o valor do equipamento ofertado pela empresa, embora em situação não pandêmica já seja elevado, pois como dito são melhores respiradores encontrados no **mercado**, quando confrontado com o contexto do enfrentamento à COVID-19 se encontrava com percentual de sobrepreço dentro dos parâmetros observados no comércio. No entanto, e embora tenha sido ponderado a superioridade nos equipamentos ofertados, soma-se a não opção pela contratação direta da empresa Pulsar, o fato que proposta apresentada era desprovida de seguro e requeria o pagamento adiantado. Pelas razões apresentadas é que o Estado do Rio Grande do Norte decidiu por não contratar diretamente com a empresa. Conquanto a não contratação direta da Pulsar pelo Estado do Rio Grande do Norte, pontue-se que o Estado da Bahia havia comprado ditos equipamentos. Nesse sentido, foi levantada a possibilidade do RN celebrar convênio com aquele, visando o repasse dos equipamentos já adquiridos. A pactuação somente seria perfectibilizada após a entrega dos respiradores em solo norte rio-grandense.

Sem embargo, o contexto descrito foi modificado. O Estado do Rio Grande do Norte que desde o início da pandemia havia encaminhado inúmeros ofícios ao Governo Federal solicitando o envio de respiradores para abastecimento da rede de saúde pública estadual, e somente após ampla negociação realizada diretamente pela Excelentíssima Governadora do Estado, Fátima Bezerra com o General Ramos, possuiu seu pedido atendido. Desse modo, foram encaminhados 80 respiradores pelo Governo Federal, de modo que não se vislumbrou mais a necessidade de adquirir nenhum outro ventilador pulmonar, ou de celebrar qualquer outro instrumento congênere visando a aquisição.

Portanto, repito, querem criar um bode expiatório para a governadora Fátima Bezerra em ano eleitoral.

Acesse o blogdobarbosa, 12 anos no ar sempre em defesa da democracia e da liberdade de expressão, clicando no link <http://www.blogdobarbosa.jor.br>

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo quer criar duas gratificações para militares e elevar remuneração a até R\$ 7 mil



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O governo Jair Bolsonaro pretende criar duas categorias de cargos e gratificações dentro do Poder Executivo a serem ocupados exclusivamente por militares, com remunerações maiores que os valores atuais.

Oficiais que hoje recebem até R\$ 1.734,92 para exercer cargo de confiança na administração podem passar a receber até R\$ 6.991,73, mais de seis vezes o **salário** mínimo (R\$ 1.045), de acordo com minuta de Medida Provisória à qual a reportagem teve acesso.

Os praças, militares de patente mais baixa que têm reclamado do tratamento mais favorável dado pelo governo aos oficiais, também terão

lugar cativo no Executivo e poderão receber gratificações de até R\$ 2.591,46, o equivalente a dois salários mínimos e meio.

Os valores, segundo outro documento obtido pela reportagem, foram questionados internamente pelo Ministério da **Economia**, que viu 'aumento significativo' nas remunerações.

Após editada, uma Medida Provisória tem vigência imediata, mas precisa ser aprovada pelo Congresso Nacional em até 120 dias. Segundo apurou a reportagem, o texto está na Casa Civil - comandada pelo general da reserva Walter Braga Netto - e foi colocado entre as prioridades de análise do órgão.

Na área econômica, a avaliação é que o calendário político 'não está favorável' a uma proposta como essa. O Ministério da Defesa, por sua vez, informou que o 'estudo', iniciado antes da pandemia da covid-19, 'não deve avançar' devido à limitação a aumentos de despesa com pessoal imposta até o fim de 2021 pela Lei Complementar 173, que selou o socorro financeiro a Estados e municípios e fixou a mesma proibição para os governos regionais.

Técnicos do governo, porém, veem espaço para a edição da MP porque, segundo uma fonte que participa das discussões, a reorganização não resultará em aumento líquido de despesa. O próprio Ministério da **Economia** reconheceu, em resposta à reportagem, que a lei permite, em tese, reestruturar cargos desde que não haja alta nos gastos.

Mais vantagens

Além da reserva de vagas dentro do Executivo, a proposta prevê que os militares poderão acumular a remuneração integral dos cargos e funções com aquela recebida pelo posto ocupado na hierarquia militar. Eles poderão receber 100% de ambas, enquanto servidores indicados para cargos civis terão de escolher entre possibilidades menos vantajosas - uma delas é receber o **salário** do cargo efetivo de origem mais 60% da remuneração comissionada.

O texto também permite que militares continuem sendo designados para cargos e funções destinadas a civis. Relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) mostrou que a quantidade de militares da ativa e da reserva em postos civis mais que dobrou no governo Bolsonaro e passou de 2.765 em 2018 para 6.157 em 2020. No mesmo período, o número de militares que ocupam cargos comissionados cresceu de 1.934 para 2.643.

Além da maior participação no governo, os militares foram a categoria mais recente contemplada com reajustes de soldos e gratificações, aprovados na reestruturação da carreira vigente desde o fim de 2019. Enquanto isso, a maior parte dos servidores civis está com salários congelados há quase três anos.

Reorganização de cargos comissionados

A criação dos cargos exclusivos para militares foi inserida dentro de uma proposta de reorganização dos cargos comissionados, funções gratificadas e gratificações do Poder Executivo. Desde a transição de governo, a equipe econômica trabalha numa simplificação dessas classificações, que somam 34 tipos

diferentes e engessam a gestão do quadro de pessoal.

A proposta é criar quatro tipos de cargos e funções: Cargo Comissionado Executivo (CCE), Função Comissionada Executiva (FCE), Cargo Comissionado Militar (CCM) e Gratificação de Militares Fora da Força (GMFF).

Os CCEs devem cumprir o mesmo papel dos atuais DAS, cargos de direção e assessoramento dentro da administração, além de outros cargos de chefia em agências reguladoras, por exemplo. Dos 17 níveis propostos, os 13 maiores podem ser ocupados por pessoas de fora do funcionalismo. Os valores vão de R\$ 330,79 a R\$ 17.432,15, sendo que a maior remuneração é exclusiva dos cargos de natureza especial e chefes de agências reguladoras (cuja gratificação já está hoje na casa dos R\$ 17 mil).

AS FCEs, por sua vez, seriam semelhantes às atuais funções gratificadas, que precisam ser ocupadas por servidores públicos. Os valores vão de R\$ 330,79 a R\$ 10.166,94.

Os Cargos Comissionados Militares são exclusivos de militares oficiais da ativa das Forças Armadas e das forças auxiliares (polícias militares e corpos de bombeiros) que estejam em efetivo exercício na Presidência da República ou no Ministério da Defesa. Serão cinco níveis, com remunerações de R\$ 2.701,46 a R\$ 6.991,73.

Já as gratificações militares são destinadas aos praças, também nos casos em que eles estejam exercendo funções na Presidência ou no Ministério da Defesa. São cinco níveis, com

valores de R\$ 999,54 a R\$ 2.591,46.

Hoje os militares recebem a Gratificação de Exercício de Cargo de Confiança Devida a Militares (RMP), em cinco níveis que vão de R\$ 1.184,88 a R\$ 1.734,92, ou a Gratificação de Representação, que tem diferentes tipos e cujo valor máximo é de R\$ 1.156,31. Apenas 90 postos para quem trabalha no Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) recebem gratificação maior, de R\$ 2.647,43 a R\$ 4.079,20.

Os militares também podem ser nomeados em cargos civis por meio dos DAS, cuja remuneração vai até R\$ 16.944,90.

Procurado, o Ministério da **Economia** informou que é uma 'diretriz' buscar a racionalização da gestão e alternativas para a otimização das despesas com cargos comissionados e mobilidade de servidores. 'Propostas nesse sentido estão permanentemente em análise e desenho pela equipe técnica do Ministério da **Economia**, e faz parte desse processo consultas a outros órgãos públicos, inclusive às áreas técnicas do Ministério da **Economia**, Casa Civil, e outros ministérios', diz a nota.

A **Economia** destacou ainda como premissas de 'qualquer proposta de reorganização de cargos' a manutenção da despesa, com previsão de redução gradual, a preservação das posições e remunerações dos atuais ocupantes dos cargos em análise e a readequação 'apenas para ocupações futuras'. A pasta, porém, não respondeu sobre a justificativa para a criação de cargos privativos para militares.

Embora tenha dito que o estudo "não deve

avançar", o Ministério da Defesa informou que as negociações estavam inseridas 'dentro de um contexto de redução de tipificações de cargos que está sendo conduzida pelo Ministério da **Economia**, tanto para civis quanto para militares, e busca também a isonomia entre as remunerações'. A Casa Civil não respondeu até a publicação deste texto.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Projeto Eólico para o Mercado Livre obtém financiamento para instalação no RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A implantação de um novo projeto em energia eólica para o Mercado Livre irá gerar 1.500 empregos nos municípios de Caiçara do Rio do Vento e Riachuelo. O parque eólico do grupo Casa dos Ventos obteve a aprovação do financiamento de R\$ 208 milhões pelo BNDES para a instalação do parque no Complexo Eólico Rio do Vento, atualmente em construção.

O secretário de desenvolvimento econômico Silvio Torquato destacou a importância da modalidade na comercialização de energia eólica, que chega ao Rio Grande do Norte a partir deste projeto sem a participação direta da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

"É um amadurecimento do setor eólico no RN. Primeiro chegaram os parques que participaram dos leilões da Aneel, e agora estão sendo construídos parques eólicos destinados à produção de energia para comercializada no Mercado Livre; esse crescimento é muito importante", explicou.

O financiamento do BNDES contempla as obras de implantação e a aquisição de equipamentos nacionais. O parque eólico Ventos de Santa Martina 14 terá capacidade para gerar 63 megawatts, com previsão para começar a operar dentro de um ano e manutenção de 200 postos de trabalhos fixos após a implantação.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Academias poderão buscar financiamento na AGN para se adequar contra o Covid-19



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Academias, boxes de crossfit, estúdios de pilates e outros estabelecimentos destinados à prática de exercício físico, na retomada do funcionamento, precisam realizar adequações voltadas à bioprevenção contra o Covid-19 para garantir a segurança de colaboradores e alunos. Em razão disso, a Agência de Fomento do RN disponibilizará linha de crédito em condições especiais.

A linha AGN Reinicie, anunciada na semana passada para atender escolas privadas do RN, foi estendida e atenderá estabelecimentos destinados à prática de exercício físico. A ação é fruto da parceria entre a AGN-RN e o Sebrae no Rio Grande do Norte e integram o programa

Reinicie que tem promovido orientação a diversos setores da **economia** sobre o retorno das atividades com medidas de segurança em relação ao novo coronavírus (Covid-19). A linha será operacionalizada pela Agência de Fomento a partir de repasses de recursos do BNB.

Os financiamentos terão o limite de R\$ 50 mil e **juros** de 2,7 % ao ano, pós-fixados, conforme variação do IPCA. O prazo para pagamento é de 24 meses com uma carência que pode chegar até 12 meses. Durante o período de carência, serão cobrados os **juros** mensais do financiamento. A concessão do crédito está sujeita a análise de crédito.

Para obter o financiamento, a empresa poderá oferecer como garantia através de avalista ou mesmo garantia real - imóvel, por exemplo. Nos dois casos, será possível solicitar o enquadramento no FAMPE - Fundo de Aval Complementar do SEBRAE e que garante até 80% da garantia necessária ao financiamento. Empresas limitadas podem ter os sócios como avalistas. No caso de empresas individuais, o avalista será um terceiro com renda comprovada.

A linha permitirá que os estabelecimentos promovam adequações no layout e possam adquirir equipamentos de proteção individual e coletiva, além de outros itens necessários à retomada das atividades. A diretora-presidente da AGN, Márcia Maia, ressalta a importância de oferecer condições para que os estabelecimentos possam promover a adequação de seus espaços e de suas operações com a segurança necessária ao

desenvolvimento das atividades.

"Diante do quadro de pandemia e de isolamento social, a retomada da atividade física de forma ordenada, orientada e segura, a partir da autorização de reabertura, trará benefícios inequívocos para as pessoas, bem como, garantirá a retomada da renda de muitos profissionais e empreendedores. Por isso, é fundamental permitir que esses estabelecimentos possam realizar os ajustes de forma adequada para quando voltarem a funcionar", afirmou.

Microempreendedores

Os microempreendedores informais, bem como, os individuais, também podem buscar a Agência de Fomento do RN para realizar aquisição de equipamentos e adequações de suas atividades com iniciativas de bioprevenção contra o Covid-19. O programa Microcrédito do Empreendedor oferece financiamentos de até R\$ 12 mil e **juros** que podem variar entre 1,5% e 1,7% ao mês. A linha do Microempreendedor conta ainda com bônus de adimplência nos **juros**, ou seja os clientes que pagarem em dia as parcelas, não terão **juros** sobre o financiamento.

"É um momento importante e difícil para os empreendedores em todo o RN e, por isso, temos oferecido alternativas das mais variadas e em condições especiais para garantir que antes de tudo, as pessoas, os empreendedores do nosso estado, possam atravessar a crise imposta pela pandemia, superar esse imenso desafio e continuar seu negócio", concluiu Márcia Maia.

Reinicie

A campanha 'Reinicie', que tem a AGN como parceira, é desenvolvida pelo Sebrae ao lado do Governo do Estado e auxilia na adoção de protocolos de bioprevenção e saúde pelos empreendimentos na retomada das atividades. A iniciativa traz todo um arcabouço de suporte para implantar essas práticas de prevenção ao novo coronavírus no ambiente das empresas, visando à segurança e proteção tanto dos clientes quanto de funcionários, fornecedores e do próprio empresário.

A campanha 'Reinicie' envolve capacitações, consultorias e outras ferramentas, como cartilhas nas áreas de comércio, serviços, indústria e agronegócios, que serão disponibilizadas para download. O suporte contempla ainda vídeos explicativos, oficinas, palestras e orientações técnicas.

*Fonte: Agência de Fomento do RN

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Indústria apoia criação de tributo sobre pagamentos eletrônicos, diz presidente da CNI



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: rodrigomatoso

Foto: Ilustrativa

O setor industrial apoia a criação de um tributo sobre pagamentos eletrônicos, defendida pelo ministro da **Economia**, Paulo Guedes, desde que seja vinculado à desoneração da folha de pagamento. 'Acho que tem apoio da indústria, sim, se em contrapartida o governo ir retirando a contribuição previdenciária da folha', disse ao blog o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade.

Andrade, juntamente com outros líderes da indústria, tiveram uma reunião com Guedes na

última sexta-feira (17) para tratar de temas como a reforma tributária. 'A ideia do ministro é criar o novo tributo e ir, aos poucos, desonerando a folha. Talvez começando com até um **salário** mínimo e meio, o que daria uma desoneração em torno de R\$ 30 bilhões', afirmou o presidente da CNI.

Robson Andrade fez questão de ressaltar que a indústria pode apoiar a proposta do ministro, mas quer a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) em tramitação na Câmara dos Deputados sobre a reforma tributária.

'A proposta do ministro Paulo Guedes é importante, mas nós apoiamos principalmente a PEC do [economista] Bernard Appy, em tramitação na Câmara, porque é mais ampla e vai garantir uma melhora para o ambiente de negócios no país', acrescentou.

A PEC da Câmara é defendida pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), como a melhor reforma tributária para reduzir o custo tributário do setor privado, atrair investimentos ao país e garantir uma recuperação da **economia**.

Nesta terça-feira (21), Guedes vai entregar a Maia e ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), a primeira etapa de suas sugestões para a reforma tributária. Um projeto de lei complementar simplificando a legislação do PIS/Cofins e criando a Contribuição sobre Bens e Serviços. A criação do tributo sobre pagamentos eletrônicos seria encaminhada numa segunda etapa.

Blog do Valdo Cruz - G1

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - ECONOMIA

Com R\$ 6 bilhões do Fundeb, Governo Federal quer criar um voucher (vale) de R\$ 250 por mês para que crianças tenham acesso a creches no setor privado

Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo

O governo federal quer criar um voucher (vale) de R\$ 250 por mês para que crianças tenham acesso a creches no setor privado. A medida teria custo de R\$ 6 bilhões por ano e seria bancada com recursos do Fundeb, fundo de financiamento da educação básica do país cuja prorrogação está em discussão pelo Congresso.

O plano do Ministério da **Economia** é pagar esse valor ao beneficiário do Renda Brasil, programa que o governo desenha para substituir o Bolsa Família.

A mudança no escopo do Fundeb para permitir o pagamentos dos valores foi incluída na proposta do governo para reformulação do fundo, apresentada no último sábado. Esse é um dos pontos mais polêmicos do texto do governo, proposto nas vésperas da votação do texto na Câmara.

O fundo é composto pelos impostos de estados e municípios e, atualmente, a União arca com 10% do montante para complementar o valor destinado a estados que não alcançam um valor mínimo por aluno.

A proposta do governo aumenta sua complementação para 15% de maneira gradativa, e destina 5% para o novo programa social (o equivalente a R\$ 6 bilhões). Os deputados querem ampliar a complementação para 20%.



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

esta tarde, para apresentar sua proposta para o Fundeb, mas depois cancelou. Técnicos do Ministério da **Economia** discutem com o Palácio do Planalto possíveis alterações no texto, mas insistem em manter a vinculação de recursos para o voucher.

A estimativa dos técnicos da **Economia** é que o déficit de vagas para crianças de 0 a 3 anos dentro da faixa a ser atendida pelo Renda Brasil é de 2 milhões, já descontadas as famílias desse universo cujos filhos não estão em creche por opção. Segundo esses técnicos, o valor de R\$ 6 bilhões seria suficiente para bancar o voucher para a creche e atender 2 milhões de pessoas.

De acordo com uma fonte, o plano faz parte de um dos quatro pilares que estão sustentando o Renda Brasil. A medida viabiliza, por exemplo, que mães de famílias pobres não sejam prejudicadas no **mercado** de trabalho.

'Drible' no teto de gastos

A ideia não envolveria a construção de creches públicas. Na visão da equipe, a concessão de vouchers seria mais eficiente porque permitiria que as famílias escolhessem os estabelecimentos em que querem matricular as crianças. Assim, seria possível aproveitar a estrutura de instituições já estabelecidas, como creches privadas e até igrejas.

O Ministério da **Economia** avalia também que é mais eficiente transferir recursos diretamente para as famílias, pois isso seria um incentivo a manter as crianças e os jovens na escola.

A inclusão da proposta de assistência social no Fundeb também é uma maneira de o governo

tirar parte do Renda Brasil da regra do teto de gastos. Essa regra limita o acréscimo das despesas da União à inflação do ano anterior.

O Fundeb, porém, sempre esteve fora do teto. Ao colocar o vale creche no Fundeb, o governo dribla o teto de gastos e facilita a implantação do programa sem as amarras dessa regra fiscal.

O Globo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Bolsa fecha acima dos 104 mil pontos pela primeira vez desde março



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Ibovespa fechou acima dos 104 mil pontos nesta segunda-feira (20), o que não acontecia desde março, com ações de varejo e de telecomunicações liderando as altas na bolsa de valores, em sessão ainda apoiada por ganhos em Wall Street após notícias positivas sobre vacinas contra a covid-19.

Índice de referência do **mercado** acionário brasileiro, o Ibovespa subiu 1,49%, a 104.426 pontos, encerrando perto da máxima da sessão. O indicador está no maior nível desde 4 de março, quando tinha fechado aos 107.224 pontos.

No exterior, vacina experimental contra o coronavírus que está sendo desenvolvida pela

AstraZeneca e pela Universidade de Oxford produziu resposta imunológica em testes clínicos de estágio inicial, corroborando esperança de que possa ser usada até o final do ano.

Em paralelo, a alemã BioNTech e a norte-americana Pfizer relataram dados adicionais de sua vacina experimental contra o Covid-19 que mostraram que ela é segura e induziu resposta imunológica nos pacientes.

Também no radar dos mercados esteve proposta apresentada a líderes da União Europeia para um pacote de recuperação econômica do bloco no âmbito da pandemia que inclui 390 bilhões de euros em subsídios e 360 bilhões de euros em empréstimos.

Câmbio

O dólar começou a semana em queda ante o real, firmando baixa na parte da tarde conforme os mercados globais se animaram com notícias promissoras sobre potenciais vacinas contra a covid-19.

A moeda brasileira esteve entre as de melhor desempenho global nesta sessão, mantendo padrão de amplas oscilações diante do que analistas classificam como efeito colateral de menores volumes de negócios.

O dólar comercial à vista caiu 0,75%, fechando em R\$ 5,342 reais na venda.

Com a expectativa de divulgar amanhã (21) sua proposta para unificar o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), a equipe econômica quer apresentar em 15 dias o

conjunto restante da reforma tributária, que envolverá para pessoas físicas a diminuição das deduções possíveis no Imposto de Renda, mas também das alíquotas de tributação. A informação foi dada por Guilherme Afif, secretário especial do Ministério da **Economia**.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Bolsa fecha acima dos 104 mil pontos pela primeira vez desde março



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Ibovespa fechou acima dos 104 mil pontos nesta segunda-feira (20), o que não acontecia desde março, com ações de varejo e de telecomunicações liderando as altas na bolsa de valores, em sessão ainda apoiada por ganhos em Wall Street após notícias positivas sobre vacinas contra a covid-19.

Índice de referência do **mercado** acionário brasileiro, o Ibovespa subiu 1,49%, a 104.426 pontos, encerrando perto da máxima da sessão. O indicador está no maior nível desde 4 de março, quando tinha fechado aos 107.224 pontos.

No exterior, vacina experimental contra o

coronavírus que está sendo desenvolvida pela AstraZeneca e pela Universidade de Oxford produziu resposta imunológica em testes clínicos de estágio inicial, corroborando esperança de que possa ser usada até o final do ano.

Em paralelo, a alemã BioNTech e a norte-americana Pfizer relataram dados adicionais de sua vacina experimental contra o Covid-19 que mostraram que ela é segura e induziu resposta imunológica nos pacientes.

Também no radar dos mercados esteve proposta apresentada a líderes da União Europeia para um pacote de recuperação econômica do bloco no âmbito da pandemia que inclui 390 bilhões de euros em subsídios e 360 bilhões de euros em empréstimos.

Câmbio

O dólar começou a semana em queda ante o real, firmando baixa na parte da tarde conforme os mercados globais se animaram com notícias promissoras sobre potenciais vacinas contra a covid-19.

A moeda brasileira esteve entre as de melhor desempenho global nesta sessão, mantendo padrão de amplas oscilações diante do que analistas classificam como efeito colateral de menores volumes de negócios.

O dólar comercial à vista caiu 0,75%, fechando em R\$ 5,342 reais na venda.

Com a expectativa de divulgar amanhã (21) sua

proposta para unificar o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), a equipe econômica quer apresentar em 15 dias o conjunto restante da reforma tributária, que envolverá para pessoas físicas a diminuição das deduções possíveis no Imposto de Renda, mas também das alíquotas de tributação. A informação foi dada por Guilherme Afif, secretário especial do Ministério da **Economia**.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Estrutura tributária



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Luiz antônio felipe

laf@tribunadonorte.com.br

O Ministro da **Economia**, Paulo Guedes, levanta a hipótese de uma alíquota maior do novo imposto, o IVA, na reforma tributária, a ser enviada hoje ao Congresso, para financiar o novo programa social, o Renda Brasil. O ministro sinaliza ainda que a alteração do Imposto de Renda das empresas pode durar sete anos, com redução de dois pontos percentuais por ano da taxa atual, de 34% para 20%. O fato é que a pandemia dá mais força a taxa sobre transações. O Brasil diz no G20 que as medidas contra o coronavírus

são 10% do PIB, sinal de que o País precisa de mais receitas para cobrir as despesas.

Auxílio

O governo cria uma força-tarefa para agilizar a criação do programa Renda Brasil, em substituição aos diversos programas sociais, como o Bolsa Família. O valor do benefício pode ficar entre R\$ 250 e R\$ 300 ao mês, e o programa deve atender mais seis milhões de pessoas além daquelas já atendidas pelo Bolsa Família.

Projeções

O **mercado** financeiro, através do boletim Focus do Banco Central, esboça mais uma vez sua estimativa de redução da queda do PIB 2020. Recua de -6,10% para de -5,95%. A projeção de IPCA 2020 é mantida em 1,72% e segue em 3,00% para 2021. O câmbio para fim de 2020 permanece em R\$ 5,20. Parece que além do platô dos casos de contaminação também atingimos o platô da crise econômica.

Atividade

A Secretaria Estadual de Tributação mostra que a Covid-19 continua fazendo estragos na **economia** do RN. A queda na atividade econômica é de 8,8% na 1ª quinzena de julho, na comparação com o mesmo período do mês anterior. O movimento financeiro foi de R\$ 273 milhões, contra R\$ 300 milhões no mês de junho. A recuperação é lenta e vai se fortalecendo a cada dia.

Moeda

O câmbio aumenta os custos da indústria no primeiro trimestre do ano. A pesquisa Indicador de Custos Industriais, da CNI, mostra um aumento de 2,4% nas despesas do setor entre janeiro e março provocado pela valorização do dólar em relação ao real. Essa variação ocorre, sobretudo, pelo aumento de 6,8% no custo dos insumos importados e de 7,9% no custo de óleo combustível.

Abertura do capital

Entrar para a B3 (Novo Mercado), o mais alto nível de governança da Bolsa de Valores brasileira, é o próximo passo a ser dado pelo grupo Guararapes-Riachuelo. Vai abrir o capital para cumprir as exigências para ter 25% nas mãos de acionistas minoritários. Em entrevista recente ao Neo Feed, o empresário Flávio Rocha, presidente do conselho de administração do Grupo Guararapes, revelou que o grupo terá também maior presença digital nas vendas de roupas, itens de lifestyle (estilo de vida das pessoas) e oferecendo conta bancária aos clientes.

Ativos

O preço do barril de petróleo (spot) subiu para US\$ 40,69 (+0,12%). O dólar a R\$ 5,342 teve leve baixa (-0,72%). Já o Ibovespa subiu 1,49% a 104.426 pontos. Um dia de altos e baixos diante de um cenário menos tenso no exterior e no Brasil e com a descoberta da vacina.

Chuvas

Mais um fim de semana de boas chuvas no Rio Grande do Norte, em 30 localidades. Por conta

do período, choveu mais forte no Leste e Agreste, sem deixar de cair algumas 'gotas' de chuvas no Oeste e Seridó, como mostra o boletim pluviométrico da Emparn, de sexta-feira até ontem. As maiores ocorreram em Extremoz e Montanhas. Choveu também na Serra do Mel, São Rafael e Carnaúba dos Dantas, entre outros.

Devagar (I)

O Sebrae Nacional diz em levantamento que, mesmo com a reabertura, os empresários do ramo de alimentação esperam retorno lento dos clientes aos estabelecimentos. A pesquisa, em parceria com Abrasel, mostrou que 54% dos negócios do segmento perderam mais de 75% do faturamento desde o início da pandemia.

Devagar (II)

De acordo com a pesquisa, 72% das empresas estão realizando delivery, sendo que uma em cada quatro começou a utilizar o serviço de entregas durante o período. Apesar de 60% das empresas do setor utilizarem delivery por meio de aplicativos, apenas 21% dos empresários estão satisfeitos com os serviços oferecidos.

Procedimentos

A Justiça do Trabalho do RN garante ter atingindo a marca de 750 mil procedimentos desde o início da pandemia. Os números estão disponíveis na página que mensura a produtividade do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, na internet. Dos 756.933 procedimentos já realizados, 12.929 são sentenças.

Habilidades

Estudo da Catho, com 370 empresas, aponta as habilidades fundamentais para os profissionais remotos, tais como comunicação proativa, inteligência emocional e presenteísmo. Constatou que 37% das empresas pretendem investir em treinamento para colaboradores em trabalho remoto, para compreender quais são as principais perspectivas do **mercado**.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

INSS é autorizado a ampliar carência para consignados e limite de cartão de crédito



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) recomendou ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que estabeleça que o limite a ser concedido para operações com cartão de crédito seja de no máximo 1,6 vez o valor mensal do benefício previdenciário. Por exemplo, se a pessoa recebe R\$ 1.000 de benefício, poderá ter um limite no cartão de até R\$ 1.600. Antes, esse teto era de 1,4 vez o valor do benefício.

O Conselho propôs ainda que, durante o estado de calamidade pública decorrente da covid-19, o INSS fixe um prazo de carência de até 90 dias para o desconto da primeira parcela de contratos de empréstimo consignado firmados por segurados do órgão. Esse prazo de

carência, no entanto, não pode ser considerado no cômputo dos 84 meses previstos para a liquidação do contrato.

Além disso, o CNPS orientou o INSS permitir que o beneficiário possa autorizar o desbloqueio do benefício após 30 dias, contados da data de despacho do benefício para a realização de operações de crédito consignado. Pela regra vigente, o benefício fica bloqueado pelo prazo de 90 dias para contratação da modalidade de crédito.

A medida faz parte do conjunto de ações elaboradas pela equipe econômica para tentar conter os efeitos negativos na **economia** por causa do avanço do novo coronavírus no País. A decisão foi tomada em reunião realizada semana passada e a recomendação está em resolução publicada na edição desta segunda-feira (20) do Diário Oficial da União.

Em março, o CNPS já havia reduzido o limite de taxa de **juros** nas operações de empréstimo consignado para aposentados e pensionistas do INSS de 2,08% para 1,80% ao mês e aprovou a ampliação do prazo máximo dos contratos, de 72 meses para 84 meses. Na ocasião, também foi reduzida a taxa máxima de **juros** do cartão de crédito consignado de 3% ao mês para 2,7% ao mês. A assessoria do INSS informou que em breve será publicado normativo sobre a recomendação do CNPS.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Indústria apoia criação de tributo sobre pagamentos eletrônicos, diz presidente da CNI



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: padua

O setor industrial apoia a criação de um tributo sobre pagamentos eletrônicos, defendida pelo ministro da **Economia**, Paulo Guedes, desde que seja vinculado à desoneração da folha de pagamento. 'Acho que tem apoio da indústria, sim, se em contrapartida o governo ir retirando a contribuição previdenciária da folha', disse ao blog o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade.

Andrade, juntamente com outros líderes da indústria, tiveram uma reunião com Guedes na última sexta-feira (17) para tratar de temas como a reforma tributária. 'A ideia do ministro é

criar o novo tributo e ir, aos poucos, desonerando a folha. Talvez começando com até um **salário** mínimo e meio, o que daria uma desoneração em torno de R\$ 30 bilhões', afirmou o presidente da CNI.

Robson Andrade fez questão de ressaltar que a indústria pode apoiar a proposta do ministro, mas quer a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) em tramitação na Câmara dos Deputados sobre a reforma tributária.

'A proposta do ministro Paulo Guedes é importante, mas nós apoiamos principalmente a PEC do [economista] Bernard Appy, em tramitação na Câmara, porque é mais ampla e vai garantir uma melhora para o ambiente de negócios no país', acrescentou.

A PEC da Câmara é defendida pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), como a melhor reforma tributária para reduzir o custo tributário do setor privado, atrair investimentos ao país e garantir uma recuperação da **economia**.

Nesta terça-feira (21), Guedes vai entregar a Maia e ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), a primeira etapa de suas sugestões para a reforma tributária. Um projeto de lei complementar simplificando a legislação do PIS/Cofins e criando a Contribuição sobre Bens e Serviços. A criação do tributo sobre pagamentos eletrônicos seria encaminhada numa segunda etapa.

Blog do Valdo Cruz - G1

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - ECONOMIA

Financiamento da educação básica e o FUNDEB permanente



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Por: Andrezza Tavares (IFRN)

Foto: Dra. Maria Aparecida dos Santos Ferreira (IFRN)

Entrevista com a pesquisadora Maria Aparecida dos Santos Ferreira sobre o 'FUNDEB PERMANENTE'

Entrevista concedida por Maria Aparecida dos Santos Ferreira, Dra. Em Ciências da Educação, professora do Programa de Pós-Graduação acadêmica em educação profissional (PPGEP) do IFRN, ao portal de jornalismo Potiguar Notícias. A professora e pesquisadora fala sobre 'FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E

O FUNDEB PERMANENTE'.

1. Professora Dra. Maria Aparecida dos Santos Ferreira, pesquisadora experiente, quais acontecimentos históricos, em sua avaliação, devem ser considerados centrais para a compreensão crítica do campo do financiamento da educação no Brasil?

O financiamento da educação tem início com a educação escolar jesuítica pela Companhia de Jesus, sustentada pela Coroa, a partir da redízima, como resultado da venda de gado, aguardente de cana e outros produtos. Entre 1772 e 1934, as Aulas Régias se apoiam na cobrança ínfima do 'subsídio literário', pelas Câmaras Municipais. A Constituição Federal de 1934 é a primeira Constituição a garantir a vinculação de impostos para a educação. Assim, de forma sintética, pode-se dividir a história do financiamento da educação no Brasil em três períodos. Uma primeira fase, que pode ser chamada de 'terceirizada', em que o Estado delegou aos jesuítas o monopólio e o financiamento da educação básica (1749-1759). Um segundo período, a responsabilidade principal que ficou a cargo das Câmaras Municipais e dos governos estaduais através de dotações orçamentárias. Por fim, a terceira etapa, iniciada com a Constituição Federal de 1934, que introduziu o princípio da vinculação de um percentual mínimo da receita de impostos dos três níveis de governo para o financiamento da educação. Esse princípio da vinculação constitucional de recursos para a educação, com exceção dos períodos ditatoriais (Constituições Federais de 1937 e de 1967), tem sido praticamente o único meio de

assegurar recursos públicos para a manutenção e desenvolvimento do ensino. Na Constituição Federal de 1988, ficou estabelecido que a União deve aplicar, na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), o mínimo de 18%; os estados, o DF e os municípios, 25% da receita líquida, resultante de impostos, incluindo a proveniente de transferências. Uma parte do que é arrecadado pela União (18%) é transferido para os estados e municípios. Os estados transferem, também, uma parte de sua arrecadação para os municípios. (MELCHIOR (1997); ALMEIDA (1989); PINTO (2000); FERREIRA (2014)). Portanto, a educação brasileira, conta com fonte de recursos variados, proveniente, principalmente, da receita, resultante de impostos arrecadados pela União, estados, Distrito Federal e municípios, do Salário Educação e outros recursos adicionais. Essa contribuição social instituída no ano de 1964 é destinada ao financiamento de planos, programas, projetos para a educação básica pública. O Plano Nacional de Educação (2014 a 2024) estabelece na Meta 20 - 'Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5o (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio' (BRASIL, 2014, n.p.). Conforme o último relatório de monitoramento das metas do PNE, os resultados apontam para uma relativa estagnação dos gastos em torno de 5% e 5,5% do PIB, com indicativo de pequena queda e apontam grande desafio para o atingimento das metas intermediária e final. Dados anteriores à crise sanitária (Pandemia).

2. A partir de sua experiência com pesquisa sobre o financiamento da educação, qual a importância do FUNDEB para a Educação Básica no Brasil?

O financiamento da educação básica vai ganhar notoriedade a partir da política de fundos, decorrente da política de financiamento para a educação básica na década de 1990. Em um primeiro momento, com a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e, posteriormente, com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica Pública e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica (Fundeb). O primeiro, dos recursos vinculados da educação, explicitados no art. 212 da Constituição Federal de 1988 para MDE, conforme a Emenda Constitucional nº 14, aprovada em 12 de setembro de 1996, subvinculou 60% dos recursos vinculados de Estados e Municípios para o ensino fundamental e também criou o Fundef, que atendia apenas ao Ensino Fundamental. A emenda estabeleceu ainda que uma proporção não inferior a 60% dos recursos de cada fundo estadual seria destinada ao pagamento dos professores do ensino fundamental em efetivo exercício no magistério. O Fundef foi regulamentado pela Lei nº. 9.424/96. Em 2006 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 53/06 que cria o Fundeb, regulamentado pela Lei nº 11.494/07, o qual amplia a aplicação dos recursos do fundo para outras etapas da educação básica, a educação infantil e ensino médio e todas as modalidades do ensino, a exemplo, da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a educação profissional. O Fundeb é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da

Educação Básica. É um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal). Um total de vinte e sete fundos, formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. A complementação de 10% da União (uma parcela de recursos federais), sempre que, no âmbito de cada Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica. As principais mudanças da Emenda Constitucional nº 53, de 2006 em relação ao Fundef foram: validade de 14 anos, em vez de dez; atendimento a todas as matrículas da educação básica, incluindo educação infantil, ensino médio e EJA; aumento do percentual de impostos para 80% dos 25% (ou seja, 20% da arrecadação), incluindo também o IPVA e o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis (ITCD); garantia de montantes crescentes de complementação da União, chegando em 2009 a 10% da receita total dos fundos; implantação do o Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do magistério público da educação básica (PSPN) definido na forma da Lei, nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com recursos do Fundeb, dos outros impostos (IRRF, IPTU, ISS e ITBI) e de auxílio emergencial do MEC ao ente que comprovasse sua incapacidade de pagamento. O Fundeb desempenha uma importante função que é a de corrigir desigualdades econômicas, garantindo recursos mínimos a partir do custo-aluno-ano. Conforme o artigo 48 da lei do FUNDEB definiu o final da vigência do fundo para dezembro de 2020.

3. Que argumentos podem explicar o por que, com o fim do FUNDEB, a escassez de financiamento para a educação básica impactará a escola pública?

Estudos do DIEESE (2020) apontam que o fim do FUNDEB poderá prejudicar o financiamento da educação básica de cerca de 92% dos estudantes em escolas municipais no Brasil. Mais de 3.700 municípios teriam seus investimentos em educação básica reduzidos e 20,7 milhões de estudantes da educação básica em escolas municipais seriam prejudicados, o que corresponderia a aproximadamente 94% dos estudantes das escolas municipais. Só em 2019, dos R\$ 248 bilhões aplicados nas escolas públicas do país, 65% do total saíram do Fundeb. O fundo recolhe verbas públicas e reparte o montante entre todas as 26 redes estaduais (mais a do Distrito Federal) e as 5.570 redes municipais de ensino. Com o modelo de distribuição chegamos a um valor de aproximadamente R\$ 150 bilhões investidos em 2019, frente aos R\$ 35 bilhões do Fundef, programa que vigorou até 2006, último ano de vigência. O Fundeb não pode ficar na dependência da conjuntura política para sua renovação temporária. É necessário que seja uma política constitucional e permanente para seguirmos com um planejamento de longo prazo na educação.

4- Do que trata o FUNDEB Permanente, Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 15/2015, relatada pela deputada e Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO).

O Substitutivo da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende à PEC nº 15 de 2015, de 18 de fevereiro de 2020 (Substitutivo à PEC nº 15

de 2015), inclui o Fundeb nas disposições permanentes da Constituição da República (Art. 212-A), tornando-o permanente. O texto apresentado pela relatora propõe a Complementação da União correspondente a 20% do total dos recursos de contribuição dos estados e municípios ao Fundeb, que atualmente é de 10%. A proposição é começar com um percentual de 12,5% no primeiro ano, atingindo os 20% em 2026, no sexto ano. O relatório apresenta também, a proposição de um modelo híbrido de complementação da União, com nova regra distributiva que, preserva a distribuição no âmbito dos fundos estaduais e cria duas modalidades de Complementação da União: a) até 10% mantém a mesma regra atual, sem perdas para quem já recebe (equalização estadual); b) a partir daí, adota-se o VAAT (Valor Aluno Ano Total), iniciando com 7,5% e a evolução significativa dos indicadores de atendimento e melhoria da aprendizagem, com redução das desigualdades em 2,5% para a distribuição, com o final de 15% e de 20% ao final de seis anos. Nesse modelo, considerado híbrido, a distribuição será por redes estaduais e municipais de ensino. No que se refere a proposta de inclusão do **salário**-educação para complementação da União, a Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação (FINEDUCA) define o uso dos recursos do **salário**-educação como um 'desastre'. Em nota técnica produziu cálculos mostrando que a aventada nova complementação da União de 20% ao fundo seria artificial, se usasse os recursos do **salário**-educação, tendo em vista, que os recursos do **salário**-educação já são destinados à educação básica. A partir das discussões a relatora, professora, Deputada Dorinha (DEM) retirou a proposição de inclusão

do **salário**-educação. Outro ponto colocado no relatório que merece bastante atenção e que tem sido criticado é a distribuição de recursos a partir de critérios de desempenho, ou seja, relacionar o financiamento da educação aos resultados produzidos pelos entes federados, considerado pela Fineduca como inaceitáveis, tendo em vista, que, as consequências dessa relação têm um 'alcance duvidoso', na perspectiva da garantia da 'evolução significativa dos indicadores de atendimento; e de melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades', como também a dificuldade que será de mensurar dados de desempenhos anualmente no nível dos municípios e que essa perspectiva pode prejudicar as redes de ensino das localidades cujos estudantes têm situação socioeconômica mais desfavorável, o que vai na contramão da promoção da equidade (FINEDUCA, NOTA TÉCNICA, 2020). Os recursos do Fundeb devem ser para a educação básica pública, preservados, o Art. 213 da Constituição da República, reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei nº 9.394/1996) determina que os recursos públicos sejam dirigidos à educação pública. E ainda, a continuidade da subvinculação de um percentual dos recursos do Fundeb para remuneração dos profissionais da educação, aumentando de no mínimo 60% para 70% dos recursos investidos em remuneração.

5- De forma objetiva, qual a contraproposta ao FUNDEB Permanente apresentada pelo atual governo federal brasileiro, recentemente, em 18 de julho de 2020?

A PEC 15/2015 vem tramitando no Congresso Federal desde 2015 e tiveram várias audiências públicas, um amplo debate com a

participação da sociedade e entidades representativas dos educadores (as), contribuindo com o Relatório apresentado pela Deputada Dorinha (DEM). Apesar de ainda, apresentar pontos que merecem uma atenção especial, há consenso na sua aprovação como garantia de um Fundeb Permanente. O governo federal apresentou nas vésperas da votação, um outro substitutivo à PEC 15/2015, dentre as quais a proposta de substitutivo encaminhada aos líderes partidários na Câmara dos Deputados pela equipe do Ministério da **Economia** e do Ministério da Educação, pontos muito complicados para a proposta do Novo Fundeb. Em síntese, são as seguintes: 1. O Fundeb atual tem vigência até o final de 2020, e a proposta do governo federal prevê que o novo Fundeb passe a vigorar somente a partir de janeiro de 2022, deixando o ano de 2021, sem a vinculação constitucional, impossibilitando o financiamento da educação básica no Brasil, a partir da aplicação destinada dos recursos do fundo, criando um colapso e uma paralisia da educação no país, principalmente para Estados e Municípios mais pobres; 2. O atual texto proposto para a PEC 15/2015 prevê a ampliação da complementação do Governo Federal de 10% para 20% ao longo de seis anos, e a proposta o Governo Federal propõe que desses 10 pontos percentuais de acréscimo, 5 pontos percentuais sejam destinados não à educação pública, mas a programas de transferência de renda, o que ataca frontalmente a vinculação constitucional, sendo avaliado como ilegal e inconstitucional retirar recursos da educação para outros fins. Representa um claro desvirtuamento do propósito do Fundeb além de uma perda de 50% dos recursos novos a serem complementados pela União no novo Fundeb.

3. O atual texto da PEC 15/2015 estabelece que no mínimo 70% do FUNDEB sejam gastos com a remuneração dos profissionais de educação, quando atualmente o percentual é de no mínimo 60% para professores, e o governo federal propõe no lugar de um percentual mínimo, um limite de 70% com gastos com a remuneração dos profissionais da educação com recursos do Fundeb, o que inviabiliza o pagamento dos profissionais da educação em várias redes estaduais e municipais, que já destinam um percentual superior a 70% para esse fim. As pesquisas sobre remuneração docente apontam mostram que Estados e Municípios aplicam percentuais equivalentes a 80% a 90% dos recursos do fundo para a remuneração; 4. A proposta do governo federal permite que recursos públicos da União, dos estados e dos municípios sejam utilizados como um auxílio para pagamentos nas redes privadas. É inadmissível a proposta apresentada, sendo necessário uma grande mobilização nacional, em favor da educação pública básica e aprovação do relatório da PEC/15 como proposta de discussão plural, desconsiderando completamente a proposição tardia e sem nenhum compromisso com a educação básica pública que permita o acesso, a permanência, e a qualidade com inclusão social, igualdade e equidade.

Precisamos aprovar um FUNDEB permanente, que corrija as lacunas identificadas e avance em relação ao que vigora até 2020, atendendo aos princípios da justiça federativa, em um país que é marcado por profundas desigualdades sociais, territoriais e historicamente da negação do direito de todos à educação. Precisamos demarcar a luta política pela aprovação do 'Novo FUNDEB', tanto nos movimentos de representações sindicais ligadas à educação,

como também nos espaços acadêmicos por meio de debates da temática, pesquisas relacionadas ao financiamento da educação, considerando a grande lacuna ainda existente nos programas de pós-graduação, principalmente, no campo de estudo da educação profissional. avante na luta pela aprovação do FUNDEB permanente, com mais complementação da união, mais distribuição de recursos para equalização da desigualdades sociais, mais valorização dos profissionais da educação e promoção de uma educação inclusiva e de qualidade socialmente referenciada.

6. Que referenciais bibliográficos a pesquisadora Aparecida Santos, investigadora do complexo campo do financiamento da educação, recomenda para o leitor desta entrevista que deseja ampliar o conhecimento sobre a problemática abordada?

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. História da instrução pública no Brasil, 1500 a 1889. São Paulo: Educ; Brasília: INEP-MEC, 1989. (edição original de 1889, em francês).

BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição Nº 15, DE 2015. Insere parágrafo único no art. 193; inciso IX, no art. 206 e art. 212-A, todos na Constituição Federal, de forma a tornar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb instrumento permanente de financiamento da educação básica pública, incluir o planejamento na ordem social e inserir novo princípio no rol daqueles com base nos quais a educação será ministrada, e revoga o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema11/a-pec-no-15-2015-e-o-novo-fundeb-paulo-de-sena>. Acesso em: jun. 2020.

DIEESE. Nota Técnica. Impactos do fim do Fundeb no financiamento da rede de educação básica pública municipal. N. 219. 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2020/notaTec219Fundeb.pdf>. Acesso em jun.de 2020.

FERREIRA, Maria Aparecida dos Santos. O FUNDEF e o FUNDEB como política de financiamento para a valorização do magistério: efeitos na carreira e na remuneração dos professores da rede pública estadual de ensino do RN. 2014. 353f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

FINEDUCA. Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação. Por um Fundeb mais justo e com maior compromisso da União. Manifestação pública sobre o Substitutivo da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 15 de 2015, de 18 de fevereiro de 2020, em disposições referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Disponível em: http://fineduca.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Fineduca_Nota_Por-um-Fundeb-mais-justo_01.03.2020.pdf, Acesso em: 20 Jun. de 2020.

MELCHIOR, J. C. A. Mudanças no Financiamento da Educação no Brasil. Col.

polêmicas do nosso tempo; v. 57. Campinas,
SP: Autores Associados, 1997.

PINTO, José Marcelino. Os recursos para a
educação no Brasil no contexto das finanças
públicas. Brasília, Ed. Plano, 2000.

Fonte: Dra. Maria Aparecida dos Santos
Ferreira (IFRN)

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - ECONOMIA**

Para Ipea, mudança vai ajudar a impulsionar PIB



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Ao simplificar e racionalizar o sistema de cobrança de impostos no País, a reforma tributária poderá acelerar o crescimento econômico. Se vingar a proposta de um imposto unificado sobre o consumo, com taxa de 25% e implantação total em até dez anos, o PIB poderá crescer, no acumulado até 2033, 5,42% a mais do que cresceria num cenário sem reforma. A conta é do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O estudo do Ipea, em nota técnica do pesquisador João Maria de Oliveira, considera apenas a unificação dos impostos federais, estaduais e municipais sobre o consumo, embutidos nos preços finais de mercadorias e

serviços. Ficaram de fora da estimativa os **tributos** sobre renda e patrimônio e sobre a folha de salários.

No Brasil, os diferentes impostos sobre o consumo respondem por cerca de 50% da arrecadação total, o que é considerado uma anomalia internacional. Entre os membros da OCDE - o chamado "clube dos países ricos" -, a maior parte da arrecadação vem de impostos sobre renda e patrimônio, relata o Ipea.

Uma consequência disso é que os preços em geral ficam mais elevados, prejudicando os mais pobres. Eles pagam mais impostos proporcionalmente à renda, porque os **tributos** embutidos nos produtos são os mesmos para pobres e ricos. Além disso, "benefícios fiscais, regimes especiais e isenções", previstos numa "montanha de leis, decretos, regulamentos e portarias", geram distorções na **economia**, diz o instituto.

"É uma oportunidade de, ao fazer esse rearranjo, possibilitar que a **economia** se movimente com uma alocação mais eficiente dos investimentos", disse João Maria de Oliveira.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Diário da Quarentena - LXXXVI



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Vicente Serejo

A expectativa do governo de aprovar a reforma da previdência só será algo de concreto e saudável se ancorada na busca da negociação. E, para alcançá-la, é indispensável que as partes sentem à mesa desprovidas do sentimento de um lado derrotar o outro. É essencial afastar os pontos intransponíveis. É verdade ser imprescindível fazer ajustes que produzam um equilíbrio financeiro, mas desde que não seja a imposição de mudanças duras e injustas aos mais frágeis.

Não precisa lançar mão de argumentos delirantes para constatar o clima que determina as atenções com os mais vulneráveis. Aqui e

longe daqui. Acima de regimes, soa mais forte o grito de reação das classes e categorias no seu espaço legítimo que é a arena das ruas. Não foi diferente na França, de uma **economia** muito mais rica, quando o presidente Emmanuel Macron, eleito nas urnas com um forte discurso de centro, precisou recuar diante da classe trabalhadora.

No Brasil, a peste acabou revelando o turbilhão de desassistidos e desempregados e foi pela força coletiva de alguns milhões que o governo aceitou a proposta do Congresso Nacional que o ministro Paulo Guedes, com sua retórica neoliberal, não queria. Quando quis, propôs um valor de apenas R\$ 200 reais, mas viu o Legislativo elevar para R\$ 600 e, depois, o presidente, ele próprio, advogar mais duas parcelas no mesmo valor. Evitou, quem sabe, a convulsão social.

O discurso do equilíbrio fiscal, tão caro aos tributaristas, não pode desconhecer a força do desejo coletivo que é aspirar uma vida melhor para todos. Só há, numa tensão de confronto desse porte, uma saída: o sincero e justo sacrifício de todos. Nessa trilha, só a proporcionalidade pode gerar uma saída pacífica. Nunca houve conceito tributário mais justo do que cobrar mais de quem ganha mais, sem falar no combate à sonegação, sempre um artifício fácil dos fortes.

Qualquer que seja o ângulo de visão será flagrante de uma desigualdade exacerbada que sempre produzirá inquietação social. Temos cerca de treze milhões de desempregados, quarenta milhões de trabalhadores informais que não contribuem para a previdência, alguns milhares de micros e pequenos empresários de portas fechadas, muitas para sempre, tudo

desaguando numa insegurança - social e jurídica - que afasta a presença de grandes investimentos internacionais.

Ora, se o mundo anda globalizado intensamente, para o melhor e o pior, não se pode ter a pretensão de olhar o Brasil fora desse novo mundo depois de uma pandemia. Seremos o que mundo também será. Da aldeia mais distante à megalópole. Que governo e oposição sentem à mesa com o sentimento da negociação. Afinal, para os dois lados, é sempre mais digno a derrota na busca do justo do que a vitória do injusto. Na democracia não há lugar para a intolerância.

RISCO - A governadora Fátima Bezerra estava certa quando seguiu a orientação. Precisa agora que o governo e a prefeitura mantenham fiscalização rigorosa, sem populismo, mas sem excesso.

DILEMA - Um velho dilema caiu como barreira sobre o governo, na visão de um militante da política: 'O PT precisa da maioria para governar, mas seus próprios aliados temem sua vitória'.

ADURN - A entidade sindical dos professores da UFRN reclama, em nota, falta de uma ampla discussão sobre o 24 de agosto para início do semestre. Ainda não se livrou do assembleísmo.

AGENDA - O pró-reitor de extensão, professor Graco Viana, tem uma tarefa: soprar vida na livraria da editora da UFRN, Centro de Convivência, que hoje é um aquário de peixes mortos .

HIST?RIA - O general Eduardo Pazuello diz que nasceu em 1963, e, portanto, não sabe 'nem o que é o AI-5'. Não sabe, pois, da descoberta, independência e da proclamação

da república...

TOM - Conhecer História não obriga a apoiar ou condenar episódios, é a consciência política do que fomos e como somos. Como bem advertiu Tom Jobim, o Brasil não é para principiantes.

COVID - A revista virtual 'Cultura e Extensão', da Pró-reitoria de Extensão, prepara a edição especial, com cerca de 40 trabalhos científicos, sobre a pandemia. Todos produzidos na UFRN.

MEDO - De Nino, o filósofo melancólico do Beco da Lama, ao ouvir um elogio às mulheres frias, distantes e cerebrais: 'Sou antigo. Ainda do tipo que tem medo das mulheres glaciais'.

MEM?RIA - Preocupado em não elevar a despesa de pessoal, a sensação é de que o governo paga hoje a dívida política contraída há alguns meses, quando pressionou a bancada de apoio para negar o mesmo aumento de 16,38% aprovado pela Assembleia para os grandes salários.

EFEITO - Embora as instituições com orçamentos próprios tenham levado a proposta aos deputados - TJ, MP, TCE, Auditores da Fazenda e Procuradores, o governo calou sem fixar sua posição e na reforma previdenciária reduziu de seis para três mínimos a faixa de isenção total.

DETALHE - O corte vai gerar uma redução de **salário** líquido, sem que se negue a necessidade de equilíbrio das contas da previdência. Os menores pagarão mais e sem que tenham tido, pelo menos, a mesma correção da inflação, ou seja, os 16,38% dados aos grandes. Esta é a questão.

RN - ECONOMIA

Guedes deve entregar reforma tributária



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O ministro da **Economia**, Paulo Guedes, deve entregar a primeira fase de sua proposta de reforma tributária nesta terça-feira, em um gesto político articulado para apaziguar os ânimos no Congresso Nacional, após o desentendimento público entre os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), em torno do texto. Cobrado pelas lideranças do Congresso a enviar a proposta do governo, o ministro fez o acerto com Maia e Alcolumbre.

Nesta primeira fase, será encaminhado um projeto de lei para juntar PIS e Cofins num único tributo, o IVA federal, que deverá ter uma alíquota entre 11% e 12%. A ideia é que a proposta seja complementar ao debate das

duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) que já estão na comissão mista no Congresso - e que são mais abrangentes, ao incluir o ICMS (um tributo estadual) e o ISS (que é municipal).

"Vamos à casa do Davi Alcolumbre na terça-feira", disse Guedes em evento promovido pela XP Investimentos. Segundo ele, a proposta já está na Casa Civil pronta para ser entregue.

O ministro evitou dizer se a proposta vai prever a criação de um novo imposto sobre transações eletrônicas - que ele defende, com o argumento de obter recursos e bancar a desoneração da folha de salários. O novo tributo é considerado uma repetição do modelo da extinta CPMF e enfrenta resistências no Congresso.

Segundo o ministro, o assunto é controverso e vai depender do clima no Congresso. "Se o presidente da Câmara disser que não vai ter imposto sobre transação, interdita o debate", disparou ressaltando que o diálogo será importante.

"Se vamos começar pelo que nos desune, a reforma tributária vai terminar antes de começar", afirmou Guedes. "Não interessa ir para o confronto, isso é uma tolice." Apesar disso, ele defendeu seu ponto de vista sobre os eventuais ganhos com a implementação de um imposto sobre transações. "O que eu penso sobre **tributos** brasileiros? Péssimos, mal formulados, manicômio", disse.

Ainda no caso do IVA federal, o governo também deve propor a ampliação da possibilidade de uso de créditos tributários para diminuir o valor final a ser pago. A medida é considerada importante para tentar vencer as

resistências à unificação do PIS/Cofins, principalmente do setor de serviços. Representantes do setor, porém, criticam a proposta do governo e afirmam que resultará em aumento da carga tributária para a atividade.

O segmento de telecomunicações, por exemplo, calcula que a unificação das alíquotas levaria a um aumento de carga de 1,7 a 2,7 ponto porcentual, enquanto outros setores teriam redução. A alta na carga poderia prejudicar planos de expansão da cobertura de internet de banda larga no País. O setor de serviços ainda tenta mudar a proposta com alíquotas diferenciadas.

"Isso vai na contramão da digitalização da sociedade brasileira, tão essencial como a pandemia tem mostrado", criticou Marcos Ferrari, presidente executivo do SindiTeleBrasil, que representa as teles.

Ao enviar sua proposta na próxima semana, o governo pretende fazer um aceno que ajude na pacificação entre Câmara e Senado e na retomada da comissão mista de deputados e senadores, criada no início deste ano para debater e formular uma proposta comum de reforma tributária.

O clima azedou entre Câmara e Senado depois que Maia avisou que não esperaria a retomada da comissão mista para voltar ao debate da reforma tributária e convocou uma reunião apenas de deputados para discutir o tema na última quarta-feira. No mesmo dia, Alcolumbre alertou que o Senado não votaria uma reforma tributária que partisse unilateralmente da Câmara, ignorando a comissão mista.

Com a entrega da proposta, Guedes busca distensionar as negociações no Parlamento, sem tomar partido na briga.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

O QUE

Projeto de lei de reforma tributária do ministro da **Economia** vai propor juntar PIS e Cofins num único tributo, o IVA federal, que deverá ter uma alíquota entre 11% e 12%. A ideia é que a proposta seja complementar ao debate das duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) que já estão na comissão mista no Congresso - e que são mais abrangentes, ao incluir o ICMS (um tributo estadual) e o ISS (que é municipal).

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Liberdade como base



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O encontro entre o editor Roberto Feith e o constitucionalista Gustavo Binembojn deu-se em torno de uma causa nobre, contra a proibição das biografias independentes, em defesa da liberdade de expressão. Feith, como vice-presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livro (Snel) e Binembojn como advogado no Supremo Tribunal Federal da ação direta de inconstitucionalidade (Adin) que resultou vitoriosa, eternizada pelo voto da ministra Carmem Lucia com a exclamação 'Cala a boca já morreu!'.

Essa relação deu frutos. Os dois voltam a se encontrar neste livro 'Liberdade Igual, o que é e por que importa' que inaugura o selo História

Real, criado por Roberto Feith com Jorge Oakim, da Intrínseca, para tratar da história recente do país. No panorama geral que Binembojn traça da liberdade como inerente à condição humana, ele ressalta o caráter universalizante da responsabilidade que cada um assume ao fazer suas escolhas do uso da liberdade.

Nada mais atual do que essa reflexão, diante da pandemia de Covid-19 que nos assola indistintamente. Quando se constata que a liberdade de circular pelo espaço público, reconquistada aos poucos, não leva em conta os que nos circundam, mas a fruição egoísta da individualidade sem máscara, que nos protege mas também protege os outros, vemos que ainda precisamos, como humanidade, levar em conta que a liberdade 'é uma empreitada coletiva'. Entendida como a possibilidade de definir seu próprio destino, 'é atributo essencial da condição humana que nos une e iguala'.

É inevitável destacar as questões ligadas à liberdade de expressão, devido à atuação firme de Gustavo Binembojn nessa área. Para ele, a liberdade de expressão 'tem o mérito de não excluir aprioristicamente idéias e opiniões do debate público, desde que ela própria fique preservada'. Embora constatare que 'superamos o estágio primitivo da censura oficial', Gustavo Binembojm denuncia que 'formas censórias redivivas' atuam no cotidiano do brasileiro, permitindo apreensão de livros e remoção de textos da internet, entre outros atos que o autor considera sucessores da Censura Federal.

Mas há outros pontos igualmente atuais e

relevantes no livro, formado por artigos e ensaios de Gustavo Binembojn, além de processos que defendeu no Supremo Tribunal Federal (STF). O capítulo sobre 'o lugar de fala e a armadilha identitária' trata de um tema presente, a possibilidade de o presidente Bolsonaro nomear um ministro 'terrivelmente evangélico' para o Supremo Tribunal Federal (STF).

Diz Binembojn: 'Nomear quem coloca sua lealdade a confissões religiosas ou a dogmas teológicos acima da Constituição e as leis do país (...) teríamos um grave desafio à democracia e ao Estado de direito'. No capítulo sobre 'populismo regulatório', o autor critica o uso dos instrumentos estatais para distorcer o livre **mercado** e favorecer os amigos do poder.

Dá exemplos atuais, como o tabelamento do frete rodoviário no país para atender à reivindicação de caminhoneiros em greve. Nacional. Os custos aumentaram e o cidadão comum acabou pagando no final da cadeia de consumo. Há um tópico sobre o direito à morte digna, dentro de um capítulo mais abrangente sobre 'Liberdades existenciais e autonomia privada' que fala também sobre temas polêmicos como direito ao próprio corpo e do mínimo existencial, que separa políticas sociais básicas, nas quais Gustavo Binembojn inclui o próprio bolsa-família, 'da discussão vetusta da esquerda brasileira sobre estatização da **economia**, o que é uma arqueologia ideológica já ultrapassada e que só subsiste na América Latina'.

A conclusão sobre o direito à morte digna define bem o espírito liberal e humanista de Binembojn: 'Se, por razões filosóficas ou religiosas, alguém optar pelo prolongamento da

existência mediante uso de tecnologia médica, na plenitude do estágio da arte, ao Estado não cabe intervir para abreviá-la. Se a outro, no entanto, parecer mais razoável despedir-se em momento anterior, no limite máximo de sua dignidade, a ninguém deve caber impedir'.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Fecomércio: Mercado financeiro prevê recuo da economia em 5,95% este ano



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

A previsão do **mercado** financeiro para a queda da **economia** brasileira este ano foi ajustada de 6,10% para 5,95%. A estimativa de recuo do Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - está no boletim Focus, publicação divulgada todas as semanas pelo Banco Central (BC), com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para o próximo ano, a expectativa é de crescimento de 3,50%, a mesma previsão há oito semanas consecutivas. Em 2022 e 2023, o **mercado** financeiro continua a projetar

expansão de 2,50% do PIB.

Inflação

As instituições financeiras consultadas pelo BC mantiveram a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 1,72%, neste ano.

Para 2021, a estimativa de inflação permanece em 3%, há cinco semanas consecutivas. A previsão para 2022 e 2023 também não teve alteração: 3,50% e 3,25%, respectivamente.

A projeção para 2020 está abaixo do piso da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. A meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 4% em 2020, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 2,5% e o superior, 5,5%.

Para 2021, a meta é 3,75%, para 2022, 3,50%, e para 2023, 3,25%, com intervalo de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, em cada ano.

Selic

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de **juros**, a Selic, estabelecida atualmente em 2,25% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

Para o **mercado** financeiro, a expectativa é que a Selic encerre 2020 em 2% ao ano. Para o fim de 2021, a expectativa é que a taxa básica

chegue a 3% ao ano. Para o fim de 2022, a previsão é 5% ao ano e para o final de 2023, 6% ao ano.

Quando o Copom reduz a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e estimulando a atividade econômica. Entretanto, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os **juros** cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de **juros**, o objetivo é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os **juros** mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Dólar

A previsão para a cotação do dólar permanece em R\$ 5,20, ao final deste ano. Para o fim de 2021, a expectativa é que a moeda americana fique em R\$ 5.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA